



PREFEITURA DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MAIO/2015

CLÁUDIO DIRCEU EBERHARD
Prefeito

NEIDE MARIOT CORRENTE
Vice-Prefeita

RUDIMAR LUIZ SONDA
Presidente da Câmara de Vereadores

ANTONIO LUIZ BENDO
CLAUDEIR COSTA FERREIRA
DELSON VITORASSI
EVANDRO PERIN
FERNANDO GUILHERME PRIESS
MARLI APARECIDA SILVA GARCIA
VALDIR SAUTHIER
VALTER LARSEN
Vereadores

LÉIA COLLE REBELATTO
Secretária Municipal de Educação

CONSULTORIA
GAE – CONSULTORIA E PROJETOS EDUCACIONAIS LTDA

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU

COMISSÃO COORDENADORA

Claudeir Costa Ferreira
Cleangela Mendes de Andrade Reis
Estelita Frasson Vargas.
Fernando Guilherme Priess
Léia Colle Rebelatto
Lurdes Sartori Ramalho
Márcia Palomo Cavaler
Marli Aparecida Silva Garcia
Solange Cristina Urnau Müller

EQUIPE TÉCNICA

Ana Paula Nunez
Elizabeth Santana de Faveri
José Giembra
Lucinéia Ferreira de Souza Almeida
Rubens Bernardino
Simara Cordeiro da Silva Jorge
Valdenir José da Silva
Vera Lúcia Marschall
Vera Lúcia Pizzuti

GRUPOS DE TRABALHO

Caracterização Geral do Município

Cristina de Stefani
Maria Clari de Campos
Simone Primmaz Matos
Suzana Aparecida de Paulo

Educação Infantil

Claudia Souza Hordejuk Peyrot
Jeanne Danila Nascimento Duarte
Selma Maria Correia Arenhart
Vanderléia Bendo Formentin

Ensino Fundamental

Dimara Wegner da Silva
Maria Madalena de Farias Trevisan
Roseni Schuvartz
Valdirene Domingues Paes Nascimento

Ensino Médio

Anna Beatriz Pontes Silveira
Marli Meneguzzo Deon
Roseli Terezinha Gomes

Educação Superior

Erionildo Melo dos Santos
Marcos Roberto Tessaro
Marines Primmaz Buche
Marli Terezinha Colpo

Educação de Jovens e Adultos

Liliani dos Santos Denis
Onilda Borges Golle
Renato Vicente da Silva
Tanea Regina Novak

Educação Tecnológica e Formação Profissional

Claudemery Pesseti Izé
Michele Tomaz Colpo
Vanessa da Silva Coelho

Educação Especial

Elizabeth Eyng Villa
Inês Fontana Machado
Terezinha Neres dos Santos
Vanessa Gonçalves dos Santos

Formação dos Profissionais da Educação da Rede Municipal de Ensino e Valorização do Magistério

Maria Rosângela Rodrigues
Odete Maria Oliveira Osvsiany
Valdeléia Alves
Valdirene Sartor

Financiamento da Educação da Rede Municipal de Ensino / Gestão da Rede Municipal de Ensino

Elisa Regina Thiele Pereira
Joice de Jesus Dal Maria dos Santos
Luzinete Cristina dos Santos da Silva
Tatiana Izabel Fontana München

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	7
LISTA DE FIGURAS.....	9
LISTA DE GRÁFICOS.....	10
LISTA DE TABELAS.....	11
I - APRESENTAÇÃO.....	14
II - CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO.....	15
1. ASPECTOS GEOGRÁFICOS.....	15
1.1 Localização.....	15
1.2 Municípios Limítrofes.....	16
1.3 Organização Político-Administrativa.....	16
1.4 Principais Rodovias de Acesso.....	17
1.5 Clima.....	17
1.6 Hidrografia.....	17
1.7 Área de Reserva Florestal.....	18
1.8 Solo.....	18
1.9 Vegetação.....	18
2. ASPECTOS HISTÓRICOS.....	19
2.1 Fundação.....	19
2.2 Significado do Nome.....	20
2.3 Pioneiros.....	20
2.4 Símbolos Municipais.....	22
3. ASPECTOS POPULACIONAIS.....	23
4. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS.....	24
5. ASPECTOS CULTURAIS.....	26
6. ASPECTOS TURÍSTICOS.....	27
7. ASPECTOS EDUCACIONAIS.....	30
7.1 Relato Histórico.....	30
7.2 Redes de Ensino.....	33
III - DIAGNÓSTICOS.....	35
1. EDUCAÇÃO INFANTIL.....	35
1.1 Atendimento.....	35
1.2 Infraestrutura.....	37
1.3 Recursos Humanos.....	39
1.4 Gestão.....	40
2. ENSINO FUNDAMENTAL.....	43
2.1 Oferta.....	43
2.2 Infraestrutura.....	44

2.3 Desempenho dos Alunos	47
2.4 Recursos Humanos.....	49
2.5 Gestão.....	52
3. ENSINO MÉDIO.....	54
3.1 Oferta.....	54
3.2 Matrículas.....	55
3.3 Desempenho dos Alunos	56
3.4 Recursos Humanos.....	56
4. EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	58
5. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	60
5.1 Perfil do Analfabetismo.....	60
5.2 Oferta.....	60
6. EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	63
6.1 Perfil da Empregabilidade no Município.....	63
6.2 Formação e Qualificação Profissional.....	63
7. EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	66
7.1 Atendimento em Instituição Especializada.....	66
7.2 Atendimento Ensino Regular.....	69
8. FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO.....	71
9. FINANCIAMENTO E GESTÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.....	71
9.1 Financiamento da Educação Pública Municipal.....	75
9.2 Gestão da Educação Pública Municipal.....	79
IV -METAS E ESTRATÉGIAS.....	86
V - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO.....	110
DOCUMENTOS CONSULTADOS.....	112
SITES CONSULTADOS.....	114

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACCO	Associação dos Comerciantes de Agroquímicos da Costa Oeste
ACISTI	Associação Comercial e Empresarial de Santa Terezinha de Itaipu
APMF	Associação de Pais, Mestres e Funcionários
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAIC	Centro de Atenção Integral à Criança
CAQ	Custo Aluno Qualidade
CIEE	Centro de Integração Empresa-Escola
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CNE/CEB	Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica
CNEC	Campanha Nacional das Escolas da Comunidade
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FEA	Formação de Educadores Ambientais
FEMESTI	Festival de Música Estudantil de Santa Terezinha de Itaipu
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MDE	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
MEC	Ministério da Educação e Cultura
NRE	Núcleo Regional de Educação
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCCRM	Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Plano Municipal de Educação
PNAIC	Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar

PNE	Plano Nacional de Educação
PROERD	Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência
PROINFO	Programa Nacional de Tecnologia Educacional
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEED-PR	Secretaria de Estado da Educação do Paraná
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SEST	Serviço Social do Transporte
SUS	Serviço Único de Saúde
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	Mapa da localização do Município no Estado do Paraná.....	15
Figura 2.	Mapa dos limites do Município.....	16
Figura 3.	Foto aérea do Corredor da Biodiversidade.....	18
Figura 4.	Foto do cafezal em flor, 1954 (Alexandre e Assunta Venson em sua chácara, à esquerda do Rio Tucano)...	21
Figura 5.	Brasão Municipal.....	22
Figura 6.	Bandeira Municipal.....	22
Figura 7.	Foto do Terminal Turístico Alvorada de Itaipu.....	27
Figura 8.	Foto do Bosque dos Pioneiros.....	28
Figura 9.	Foto do Parque de Lazer Domingos Zanette.....	28
Figura 10.	Foto da Igreja Matriz.....	29
Figura 11.	Foto da Praça Dal Bó.....	29
Figura 12.	Foto do Mural dos Pioneiros.....	30

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.	População urbana, rural e total do Município, 1981/2010.....	23
Gráfico 2.	Taxa de urbanização do Município, 1981/2010.....	24
Gráfico 3.	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 1991/2010.....	25
Gráfico 4.	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, por componentes, 1991/2000.....	26
Gráfico 1.1.	Atendimento da educação infantil (em %), 2015.....	37
Gráfico 2.1.	Percentual das matrículas do ensino fundamental por rede de ensino, 2015.....	43
Gráfico 2.2.	Evolução histórica das matrículas do ensino fundamental, 2011 – 2015.....	44
Gráfico 2.3.	IDEB da rede municipal, observado e metas previstas, 2007-2021.....	48
Gráfico 2.4.	IDEB da rede estadual, observado e metas previstas, 2007-2021.....	48
Gráfico 2.5.	Formação dos profissionais do magistério que atuam no ensino fundamental da rede municipal de ensino, 2015.....	50
Gráfico 2.6.	Formação dos profissionais do magistério que atuam no ensino fundamental da rede estadual de ensino, 2015.....	51
Gráfico 2.7.	Formação dos profissionais do magistério que atuam no ensino fundamental da rede privada de ensino, 2015.....	52
Gráfico 3.1.	Percentual das matrículas do ensino médio regular por rede de ensino, 2015.....	54
Gráfico 3.2.	Evolução histórica das matrículas do ensino médio regular, por rede de ensino, 2011 – 2015.....	55
Gráfico 3.3.	Formação dos recursos humanos atuantes nas instituições de ensino fundamental, 2015.....	57
Gráfico 8.1.	Formação dos profissionais do magistério público municipal (docentes e suporte pedagógico), 2015.....	74
Gráfico 8.2.	Formação dos profissionais de apoio à educação, 2015.....	74
Gráfico 9.1.	Percentual de recursos aplicados em educação, por etapa ou modalidade de ensino, 2013 – 2015.....	76
Gráfico 9.2.	Despesas com educação por elemento de despesa, 2013 – 2015 (em %)......	76
Gráfico 9.3.	Total de alunos atendidos com transporte e merenda escolar, 2013 – 2015.....	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.	Número de estabelecimentos por setor, 2015.....	24
Tabela 2.	População ocupada, segundo as atividades econômicas, 2010.....	24
Tabela 3.	Escolas rurais que pertenciam à Foz do Iguaçu em 1982.....	32
Tabela 4.	Escolas cessadas no Município, 1980/2006.....	33
Tabela 5.	Instituições de ensino existentes no Município, 2015...	34
Tabela 1.1.	Instituições de ensino que ofertam a educação infantil, 2015.....	35
Tabela 1.2.	Evolução das matrículas da educação infantil, 2011 – 2015.....	36
Tabela 1.3.	Infraestrutura das instituições que ofertam a educação infantil, 2015.....	37
Tabela 1.4.	Equipamentos e materiais permanentes das instituições que ofertam a educação infantil, 2015.....	38
Tabela 1.5.	Recursos humanos para o atendimento da educação infantil na rede municipal de ensino, 2015.....	39
Tabela 1.6.	Recursos humanos para o atendimento da educação infantil na rede privada de ensino, 2015.....	39
Tabela 1.7.	Projetos desenvolvidos pelas instituições que ofertam a educação infantil, 2015.....	40
Tabela 2.1.	Instituições que ofertam o ensino fundamental, 2015...	43
Tabela 2.2.	Matrículas do ensino fundamental, 2011 – 2015.....	44
Tabela 2.3.	Infraestrutura das instituições que ofertam o ensino fundamental, 2015.....	45
Tabela 2.4.	Equipamentos e materiais permanentes das instituições que ofertam o ensino fundamental, 2015...	45
Tabela 2.5.	Rendimento e movimento escolar (taxas de aprovação, reprovação e evasão) no ensino fundamental, por rede de ensino, 2011 – 2014.....	47
Tabela 2.6.	Resultados do IDEB no ensino fundamental, por instituição de ensino, e as metas previstas 2007-2021.....	47
Tabela 2.7.	Dados sobre o IDEB.....	49
Tabela 2.8.	Recursos humanos do ensino fundamental da rede municipal de ensino, 2015.....	50
Tabela 2.9.	Recursos humanos do ensino fundamental da rede estadual de ensino, 2015.....	50
Tabela 2.10.	Recursos humanos do ensino fundamental da rede privada de ensino, 2015.....	51
Tabela 2.11.	Projetos desenvolvidos pelas instituições para os alunos do ensino fundamental, 2015.....	52
Tabela 2.12.	Informações complementares das instituições que ofertam o ensino fundamental, 2015.....	53
Tabela 3.1.	Instituições que ofertam o ensino médio, 2015.....	54

Tabela 3.2.	Matrículas do ensino médio regular, 2011 – 2015.....	55
Tabela 3.3.	Matrículas do ensino médio profissionalizante, 2011 – 2015.....	55
Tabela 3.4.	Rendimento e movimento escolar (taxa de aprovação, reprovação e evasão) dos alunos do ensino médio regular, por rede de ensino, 2011 – 2014.....	56
Tabela 3.5.	Rendimento e movimento escolar (taxa de aprovação, reprovação e evasão) dos alunos do ensino médio profissionalizante, por rede de ensino, 2011 – 2014.....	56
Tabela 3.6.	Recursos humanos para o atendimento do ensino médio na rede estadual de ensino, 2015.....	56
Tabela 3.7.	Recursos humanos para o atendimento do ensino médio na rede privada de ensino, 2015.....	57
Tabela 4.1.	Cursos de graduação ofertados pelo Instituto Educacional Terra das Águas – Uninter no Município, 2015.....	58
Tabela 4.2.	Cursos de pós-graduação ofertados pelo Instituto Educacional Terra das Águas – Uninter no Município, 2015.....	58
Tabela 4.3.	Índices de evasão, 2011 – 2014 (em %)......	59
Tabela 4.4.	Infraestrutura do Instituto Terra das Águas, 2015.....	59
Tabela 5.1.	Oferta da EJA, 2015.....	60
Tabela 5.2.	Evolução das matrículas da EJA, por programas ou cursos, 2011 – 2015.....	61
Tabela 6.1.	Situação empregatícia do Município, 2014 – 2015.....	63
Tabela 6.2.	Cursos profissionalizantes ou de qualificação profissional ofertados no Município nos últimos dois anos, 2014 – 2015.....	64
Tabela 7.1.	Total de alunos atendidos na instituição especializada, por tipo de programas e turnos, 2011 – 2015	66
Tabela 7.2.	Total de alunos atendidos na instituição especializada, 2015.....	66
Tabela 7.3.	Infraestrutura da instituição especializada, 2015.....	67
Tabela 7.4.	Recursos humanos da instituição especializada, 2015.....	68
Tabela 7.5.	Atendimento de Técnicos, 2015.....	68
Tabela 7.6.	Atendimento educacional especializado no ensino regular, 2015.....	69
Tabela 7.7.	Evolução das matrículas dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, inclusos em salas regulares, por etapa ou modalidade de ensino, 2012 – 2015.....	69
Tabela 7.8.	Gestão do atendimento oferecido a educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, na rede regular de ensino, 2015.....	70
Tabela 8.1.	Tabela salarial do magistério público municipal, 2015..	71

Tabela 8.2.	Funções gratificadas.....	72
Tabela 8.3.	Gratificações de direção de escola de acordo com o porte da instituição.....	72
Tabela 8.4.	Profissionais da educação (docentes e suporte pedagógico) da rede municipal de ensino, 2015.....	73
Tabela 8.5.	Profissionais de apoio à educação (merendeiras, zeladoras, etc.) da rede municipal de ensino, 2015.....	73
Tabela 9.1.	Aplicação das receitas de impostos e transferências vinculadas à educação municipal, 2013 – 2015.....	75
Tabela 9.2.	Recursos aplicados em educação, 2013 – 2015 (em R\$ 1,00).....	75
Tabela 9.3.	Despesas com educação por categoria econômica e elemento de despesa, 2013 – 2015 (em R\$ 1,00).....	76
Tabela 9.4.	Valores da composição dos recursos anuais com transporte escolar, 2013 – 2015.....	78
Tabela 9.5.	Gastos com merenda escolar, 2013 – 2015.....	78
Tabela 9.6.	Comparativo entre o orçamento do órgão municipal de educação e o percentual de despesas, 2013 – 2015.....	79
Tabela 9.7.	Organização da rede municipal de ensino, 2015.....	80
Tabela 9.8.	Tempo integral, 2015.....	80
Tabela 9.9.	Laboratórios de informática, 2015.....	80
Tabela 9.10.	Órgãos colegiados, 2015.....	82
Tabela 9.11.	Avaliação do “Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação” da Rede Municipal de Ensino.....	82

I - APRESENTAÇÃO

O desenvolvimento político, social e cultural de um município está diretamente vinculado à oferta de educação de qualidade.

Porém, a qualidade da educação ainda permanece como um dos grandes desafios a serem enfrentados por aqueles que são responsáveis pela gestão da educação.

Pensar, planejar, promover a educação é acreditar em sua força transformadora.

Não só em cumprimento à Lei Federal nº 13.005/2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE) e em seu artigo 8º estabelece que todos os municípios e estados deverão elaborar seus Planos Municipais de Educação, mas principalmente por entender a importância do planejamento da educação no município para um período de dez anos, é que, por meio dos Grupos de Trabalho e Comissão, instituídos e sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, houve um trabalho de sensibilização da sociedade, procurando incentivá-la a contribuir com o projeto de construção do Plano Municipal de Educação (PME) de Santa Terezinha de Itaipu.

Vários mecanismos foram colocados em prática entre os quais a confecção de cartazes chamando a população a contribuir e a colocação de urnas em pontos de maior fluxo de pessoas para que colocassem suas sugestões, culminando com significativas contribuições.

Também, por meio da realização de um diagnóstico da realidade educacional no Município, observando-se, entre outras, as questões de aprovação e reprovação, da evasão escolar, da oferta e da demanda; os aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros; a infraestrutura das instituições educacionais; a valorização dos profissionais da educação, foram definidas estratégias direcionadas a equacionar os problemas ou dificuldades existentes, bem como fortalecer os aspectos educacionais positivos detectados.

Portanto, este PME é o resultado de uma ação conjunta de toda a sociedade que, compreendendo a importância da educação para a convivência de todos numa sociedade mais igualitária, mais humana e solidária, contribuirá para o estabelecimento das estratégias que, com certeza, melhorarão cada vez mais a educação deste Município.

II - CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

1. ASPECTOS GEOGRÁFICOS

1.1 Localização

Santa Terezinha de Itaipu situa-se na região sul do país, no extremo Oeste do Paraná, mais especificamente no Terceiro Planalto Paranaense, também conhecido por Planalto de Guarapuava (Figura 1).

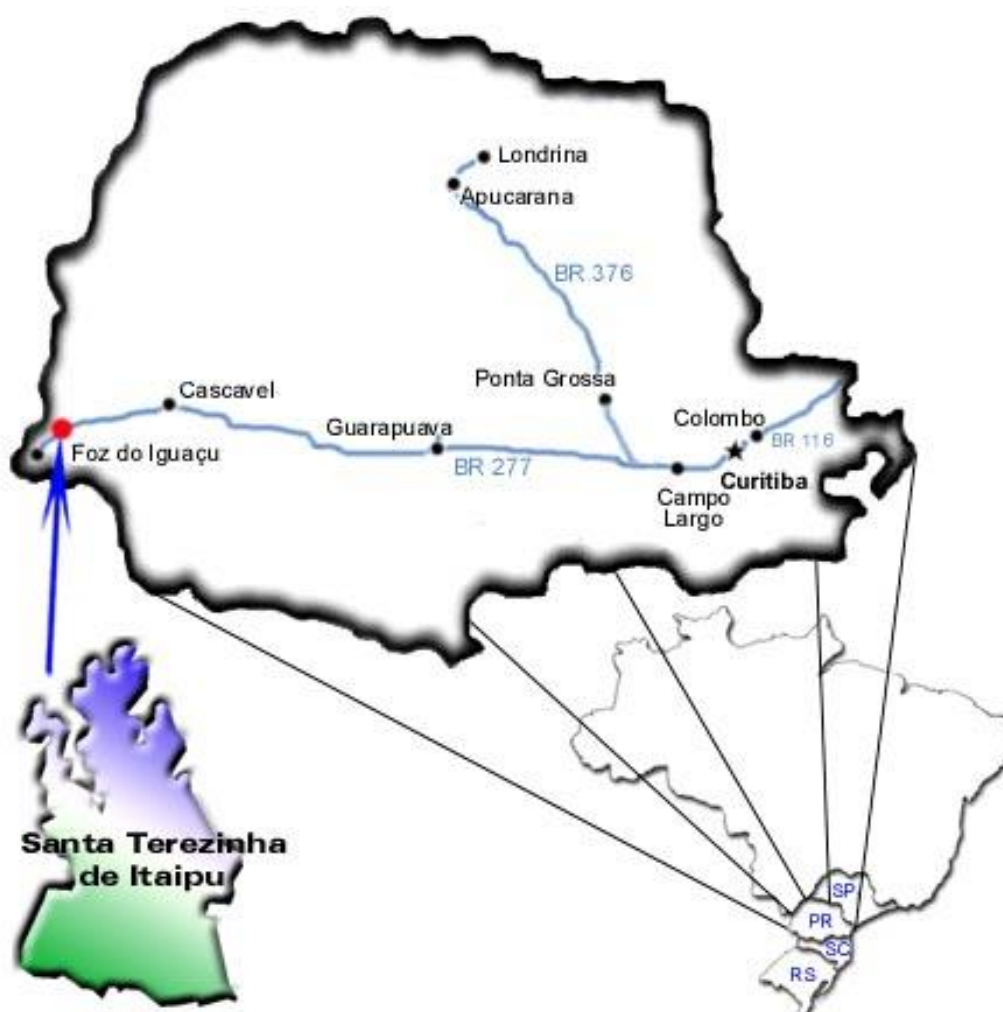


Figura 1. Mapa da localização do Município no Estado do Paraná
Fonte: Santa Terezinha de Itaipu - Espaços e História (material regional da Editora Opet).

O Município ocupa uma área de 248.133 quilômetros quadrados, sendo 8.634 quilômetros quadrados de área urbana e 239.499 quilômetros quadrados de área rural.

A altitude é de 297 metros acima do nível do mar e seu ponto mais alto fica na comunidade do Barro Branco, com elevação de 323 metros. As menores altitudes do Município são encontradas na Vila Aparecidinha.

Santa Terezinha de Itaipu situa-se nas coordenadas geográficas do paralelo 25°25'00" de Latitude Sul e o meridiano 54°25'00" de Longitude Oeste de Greenwich.

O Município está localizado a aproximadamente 40 quilômetros do Parque Nacional do Iguaçu, sendo este um patrimônio natural da humanidade tombado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). O Parque localiza-se a pouco mais de 28 quilômetros da Usina Hidrelétrica de Itaipu e a 619 quilômetros de Curitiba, a capital paranaense.

O aeroporto mais próximo é o Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu, localizado no município de Foz do Iguaçu, que fica a 35,5 quilômetros do município de Santa Terezinha de Itaipu.

1.2 Municípios Limítrofes

Santa Terezinha de Itaipu limita-se ao norte com o Lago de Itaipu, ao sul, com o Parque Nacional do Iguaçu, a leste com o município de São Miguel do Iguaçu e a oeste, com o município de Foz do Iguaçu.

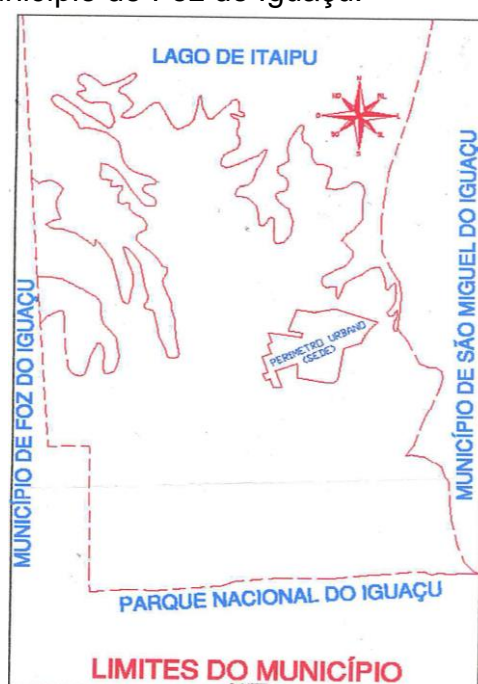


Figura 2. Mapa dos limites do Município

Fonte: Santa Terezinha de Itaipu - Espaços e História (material regional da Editora Opet).

1.3 Organização Político-Administrativa

O Município é dividido em cinco grandes bairros:

- Área central – onde se localizam as agências bancárias, lojas comerciais, Câmara de Vereadores, restaurantes, farmácias, correio, Paço Municipal 3 de Maio, entre outros estabelecimentos;
- Distrito Industrial;
- Região dos conjuntos habitacionais;
- Bairro Jardim Santa Mônica;
- Bairro Parque dos Estados.

Na área rural encontram-se as comunidades Vila Bendo, Dois Lapachos, Costa Oeste, Vila São Pedro, Vila Três Fazendas, Vila Canavial, Vila Barro Branco, Vila Vitorassi, Vila São José e Vila Aparecidinha.

1.4 Principais Rodovias de Acesso

O Município é cortado pela BR-277, Rodovia Federal que liga Foz do Iguaçu à Paranaguá, no litoral do Paraná. As principais estradas que cortam o Município são: Santa Maria, Canavial, São Vendelino, Aparecidinha, Bergamasco, PR-Natalino Spada, Três Fazendas, Vitorassi e Estrada Municipal SG-005 (Antiga Estrada Velha de Guarapuava).

1.5 Clima

Santa Terezinha de Itaipu está localizada em uma zona de transição, por isso, apresenta verões quentes e úmidos, com temperaturas superiores a 22°C. No inverno, as temperaturas costumam ser inferiores a 18°C, e as geadas são pouco frequentes. O clima do Município é denominado subtropical úmido. A umidade relativa do ar (média anual) gira em torno de 81,59%.

1.6 Hidrografia

A hidrografia do município de Santa Terezinha de Itaipu é formada por pequenos rios, riachos e córregos.

O maior rio do Município em extensão e volume é o Tamandúá. Pertencente à Bacia do Rio Paraná, o Rio Tamandúá nasce em Santa Terezinha de Itaipu e suas águas são aproveitadas para abastecer parte da população do município de Foz do Iguaçu.

Além desse rio, outros rios são elencados como importantes, tais como: São João, Tucano, Bonito, Apepu, Guabirova, Gabiroba e Leão. Com exceção do Rio Apepu, todos têm nascente no próprio Município.

O Lago de Itaipu, importante fenômeno hidrológico da região, é formado pelo represamento das águas da Hidrelétrica de Itaipu, sendo considerado o maior lago artificial do mundo.

1.7 Área de Reserva Florestal

O Corredor da Biodiversidade abrange as áreas das bacias dos rios Paraná e Iguaçu e busca interligar áreas naturais, governamentais e privadas que acabaram isoladas com a destruição das florestas originais na região da fronteira brasileira.

Implantado em 2003, dentro do Programa Cultivando Água Boa, o corredor contempla um trecho de 16 quilômetros e passa pelos municípios de Santa Terezinha de Itaipu e São Miguel do Iguaçu. A ideia é manter e preservar a flora local, possibilitando o trânsito de animais e o aumento das chances de sobrevivência e de perpetuação das espécies da flora e da fauna local.

Mais de 120 mil mudas, de 70 espécies diferentes, todas nativas, foram plantadas em uma área de 72 hectares. A maior parte do corredor passa pela propriedade Santa Maria, que deu nome ao projeto.



Figura 3. Foto aérea do Corredor da Biodiversidade

Fonte: Santa Terezinha de Itaipu - Espaços e História (material regional da Editora Opet).

1.8 Solo

O clima influencia no tipo de solo. O solo do Município, denominado latossolo roxo, enquadra-se na classe dos solos mais férteis do Estado do Paraná, pois permite a prática da agricultura, que é a base econômica do Município.

1.9 Vegetação

O município de Santa Terezinha de Itaipu era, originalmente, coberto por florestas tropicais.

Embora as florestas tropicais não existam mais, o Município ainda possui árvores de porte médio e alto, que fornece madeira de boa qualidade. A maioria das árvores não perde as folhas no inverno e suas raízes são profundas.

Na região ainda é possível encontrar outros tipos de árvores, como o cedro, o angico, a peroba, o ipê e o marfim.

2. ASPECTOS HISTÓRICOS

2.1 Fundação

No início do século XX, o governo estadual concedeu as terras da região onde hoje está localizada Santa Terezinha de Itaipu aos pioneiros Domingos Barthe, Nunes Gibaja e Miguel Matte, para a exploração de madeira e de erva-mate. Nessa mesma época, algumas famílias chegaram à região com o intuito de cultivar produtos agrícolas, e ocupavam as terras às margens e nas proximidades do Rio São João.

Em 1943, toda a região Oeste do Estado do Paraná voltou a ser administrada pelo governo estadual, que tinha como objetivo colonizar essa parte do estado. Essas terras foram colocadas à venda por um preço muito baixo e, para adquiri-las, os compradores deveriam firmar com governo do estado o compromisso de transformá-las em núcleos habitacionais.

Em 1950, a Colonizadora Criciúma comprou as terras que hoje formam o Município. Com isso, muitas famílias de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul chegaram para a região em busca de terras para os cultivos de suas lavouras. Entre essas famílias, estavam as de Ângelo Dotto, de Mário Venson, de Natal Manenti, de Bruno Arenhart, além das famílias Vitorassi e Stachelski. Aos poucos, Vila Criciúma, como Santa Terezinha era denominada na época, foi ganhando movimento comercial razoavelmente bom.

Em 1953, a Colonizadora instalou a primeira serraria, iniciando a industrialização da madeira e a primeira olaria para a fabricação de telhas e tijolos. Nesse período, a Vila Criciúma progrediu muito com alguns estabelecimentos de secos e molhados e de materiais de construção, que atendiam às necessidades da região. Ainda em 1953, foi aberta a BR-35, que tempos depois, se transformaria na BR-277.

Para Santa Terezinha de Itaipu chegar ao nível de desenvolvimento em que se encontra hoje, muitos fatos ocorreram desde a chegada dos primeiros desbravadores. Alguns marcos da história do Município são:

- Década de 1920 – Miguel Matte pediu ao governo do estado, terras para a exploração da erva-mate e da madeira.

- Década de 1930 – Teófilo Kukul, Adão Kultz e Ludovico Kalicheski ocuparam as terras às margens do Rio São João.
- Década de 1940 – Outras famílias se instalaram nas proximidades da região para o cultivo da terra.
- Década de 1950 – A Colonizadora Criciúma comprou as terras que hoje formam o Município, trazendo famílias catarinenses que chegaram principalmente da cidade de Criciúma. Foi aberta a BR-35, que logo se transformaria na BR-277, e foi instalada a primeira serraria. No dia 1º de maio de 1952, foi aberta a picada, que hoje é a Rua 1º de Maio, onde se concentra o maior número de estabelecimentos comerciais.
- Década de 1960 – Foi iniciado o cultivo da hortelã e criado o cartório de registro civil. Além disso, iniciou o processo de escolarização com as primeiras séries (antigas 1ª a 4ª séries). Ainda nessa década, foi implantando o ensino de 5ª a 8ª séries (antigo ginásio).
- Década de 1970 – Foi implantado o ensino de 2º grau (atual ensino médio). Pequenas fábricas já atuavam no então distrito de Santa Terezinha. As lideranças locais começavam a pensar na emancipação política, ou seja, em deixar de pertencer a Foz do Iguaçu.
- Década de 1980 – A população realizou um plebiscito tendo como resultado a emancipação político-administrativa. Assim, em 3 de maio de 1982, por meio da Lei nº 7.572/1982, foi fundado oficialmente o Município de Santa Terezinha de Itaipu. Nesse mesmo ano, foi realizada a primeira eleição municipal, na qual Lenir dos Reis Spada foi eleita prefeita. Ainda nessa década, foi criado o Terminal Turístico Alvorada de Itaipu.

2.2 Significado do Nome

O nome do município foi alterado de Santa Terezinha para Santa Terezinha de Itaipu porque já existiam, na Bahia e no Ceará, outros dois municípios com esse mesmo nome.

O termo “Itaipu” foi acrescentado ao nome para diferenciar a cidade; além disso, o município também recebeu esse novo nome por causa da construção, na barragem no Rio Paraná, da Itaipu Binacional e, conseqüentemente, da formação do Lago de Itaipu.

Portanto, o nome Santa Terezinha de Itaipu faz duas homenagens: uma à padroeira da cidade e outra à hidrelétrica de Itaipu.

2.3 Pioneiros

Os primeiros grupos que chegaram para Santa Terezinha de Itaipu eram de diferentes origens: italiana, alemã, polonesa, paraguaia, entre outras. Quando esses grupos chegaram, encontraram somente matas e, para se deslocar de

um local para outro, foi preciso abrir picadas e construir estradas. Contudo, isso foi feito sem maquinário adequado, havia à disposição apenas ferramentas manuais, como machados, foices e facões.

Quando as famílias chegaram ao Município pensaram que este local seria próprio para o cultivo do café, como era no norte do Estado do Paraná, e passaram a cultivar o café sombreado.

Derrubaram as pequenas árvores e deixaram as grandes, acreditando que estas protegeriam o café das geadas. Em junho de 1953, contudo, uma forte geada atingiu a região e destruiu os cafezais, o que fez com que os colonizadores concluíssem que não haveria condições climáticas para esse tipo de lavoura. Como a terra era fértil, os colonos passaram a cultivar milho, feijão, hortelã e, posteriormente, soja.

Cada um dos grupos que adotou Santa Terezinha de Itaipu como lar, trouxe elementos de sua cultura e de seus costumes, que foram misturados e incorporados na vivência e que caracterizam o modo de viver da população. Esses elementos, que fazem parte do cotidiano da cidade, tiveram de ser criados, recriados e construídos pelos primeiros habitantes da cidade.



Figura 4. Foto do cafezal em flor, 1954 (Alexandre e Assunta Venson em sua chácara, à esquerda do Rio Tucano)

Fonte: Acervo Pessoal.

2.4 Símbolos Municipais

O Brasão do Município foi desenhado por Clóvis Grapégia no ano de 1983, com as seguintes representações: a Coroa de cinco torres representa a condição de Município; o Arado simboliza o trabalho; o Sol, a fonte de vida; o Livro, com uma pena sobre o mesmo, representa o caminho do saber; a Faixa Azul, à esquerda, representa o Lago formado pela Hidrelétrica de Itaipu; a Faixa Verde, à direita, representa a Reserva Florestal do Parque Nacional do Iguaçu; ao centro, a Faixa Cinza, significa o solo fértil do Município; os Ramos de Soja e Trigo são as principais culturas da região; e o Topônimo “Santa Terezinha de Itaipu”, com a data de criação, 03/05/82, identificam o Brasão pertencente ao Município.



Figura 5. Brasão Municipal

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

A Bandeirado Município foi desenhada pela professora Alair Pazini, no ano de 1983, tendo as seguintes representações: a cor Azul, simboliza o Lago de Itaipu, sendo o principal centro turístico; a cor Verde, representa as plantações; a cor Branca, a paz; a Estrela no centro, significa um novo Município que brilha, uma nova estrela no Estado do Paraná; o Mapa, no centro da estrela, significa o Município de Santa Terezinha de Itaipu; e a Soja e o Trigo, são as principais produções agrícolas do Município.



Figura 6. Bandeira Municipal

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015

O hino oficial do Município, também foi criado em 1983, tendo letra e música do Professor Sebastião Francisco da Silva:

Sob a selva inóspita e agressiva,
Rico solo de húmus fecundo
Aguardava a mão laboriosa (Bis)
Para ofertar sua dádiva ao mundo.

Então homens de todos os quadrantes,
Do Sul, do Centro e do Norte,
De mãos dadas com os irmãos fronteiriços, (Bis)
Aqui encontraram sua sorte.

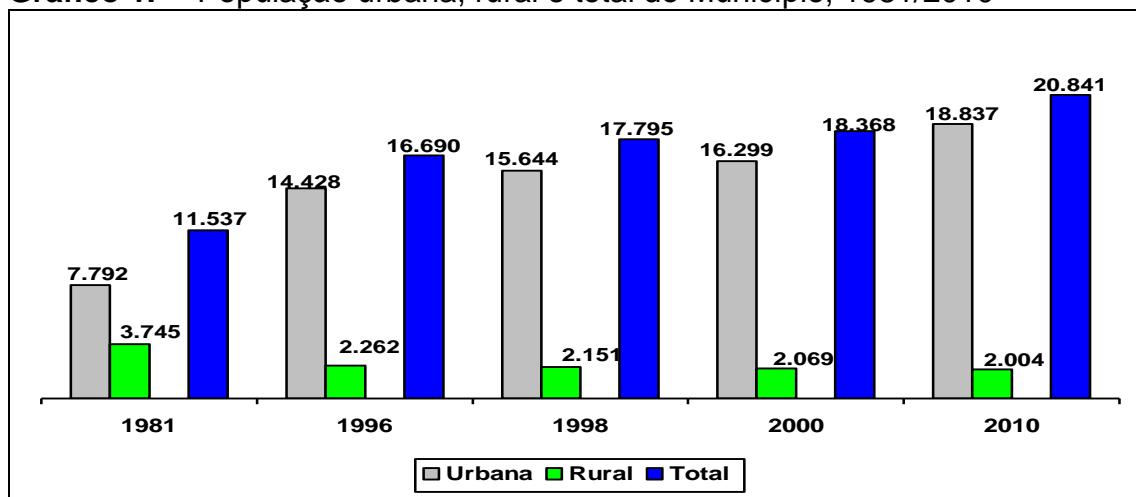
Unidos num gesto fraterno,
Abençoado pela mão do Senhor,
Recebendo a brisa do lago (Bis)
E da Floresta, o perfume da flor.

Avante, companheiros avante.
Ocupados em místicas mil
Que Santa Terezinha de Itaipu (Bis)
Seja exemplo para todo o Brasil.

3. ASPECTOS POPULACIONAIS

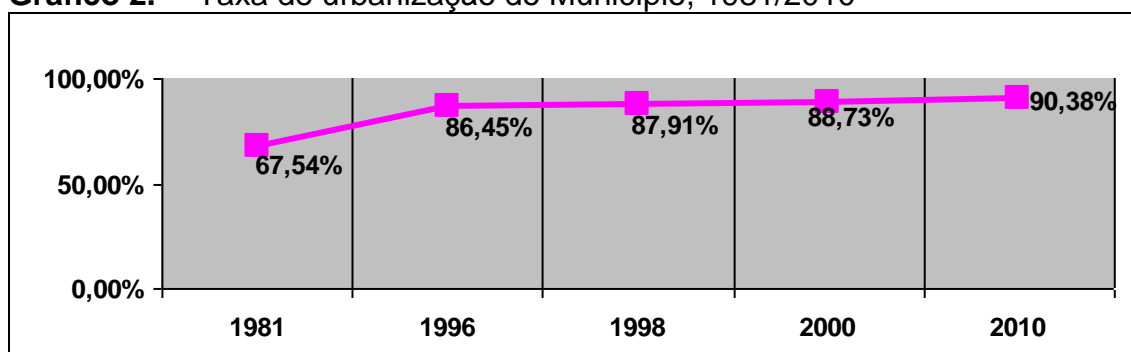
De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do Município mostra um crescimento desde 1981, atingindo uma taxa de urbanização de 90,38% em 2010.

Gráfico 1. População urbana, rural e total do Município, 1981/2010



Fonte: IBGE (censos e estimativas).

Gráfico 2. Taxa de urbanização do Município, 1981/2010



Fonte: IBGE (censos e estimativas).

4. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

Santa Terezinha de Itaipu destaca-se na agricultura por ter solo e clima favoráveis a produção de grãos, principalmente as culturas de soja, milho e trigo. O Município possui uma área agrícola de 16.500 hectares, distribuídas por 480 propriedades, sendo os produtores, em sua maioria, de pequeno e médio porte.

A base econômica está alicerçada na produção agrícola sendo complementada pelo comércio, pela indústria e pela prestação de serviços.

Tabela 1. Número de estabelecimentos por setor, 2015

Tipo de estabelecimento	Quantidade	Número de pessoas trabalhando
Indústria	65	502
Comércio varejista	203	986
Serviços	164	328

Fonte: Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, janeiro de 2015.

Tabela 2. População ocupada, segundo as atividades econômicas, 2010
(continua)

Atividades Econômicas	Número de pessoas
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1.050
Indústrias extrativas	28
Indústria de transformação	840
Eletricidade e gás	81
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	182
Construção	908
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	2.197
Transporte, armazenagem e correio	732
Alojamento e alimentação	323
Informação e comunicação	91

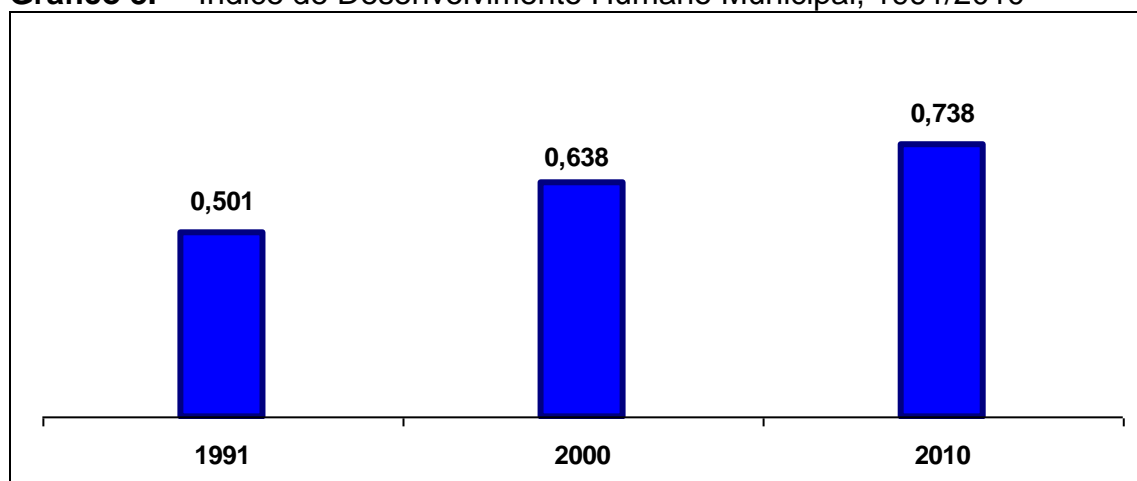
Tabela 2. População ocupada, segundo as atividades econômicas, 2010
(encerra)

Atividades Econômicas	Número de pessoas
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	71
Atividades imobiliárias	57
Atividades profissionais, científicas e técnicas	157
Atividades administrativas e serviços complementares	325
Administração pública, defesa e seguridade social	570
Educação	522
Saúde humana e serviços sociais	329
Artes, cultura, esporte e recreação	85
Outras atividades de serviços	319
Serviços domésticos	904
Atividades mal especificadas	457
Total	10.229

Fonte: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes) - Cadernos Estatísticos, janeiro de 2015.

O Índice de Desenvolvimento (IDHM) de Santa Terezinha de Itaipu passou de 0,501 em 1991, para 0,638 em 2000, uma taxa de crescimento de 27,35%. De 2000 a 2010, o IDHM passou de 0,638 para 0,738, registrando uma taxa de crescimento de 15,67%. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,177), seguida por Longevidade e por Renda.

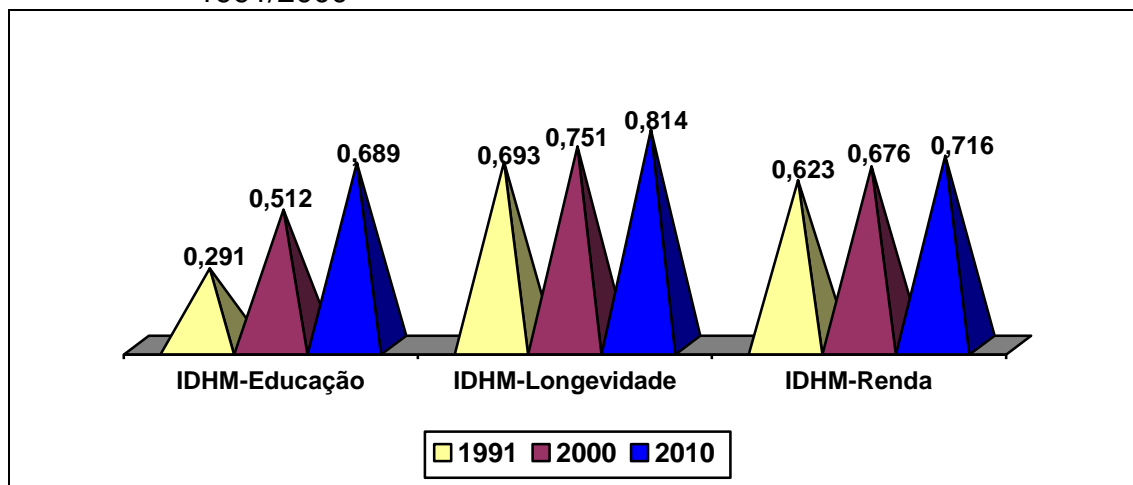
Gráfico 3. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 1991/2010



Fonte: Ipardes - Cadernos Estatísticos, janeiro de 2015.

De 1991 a 2010, o IDHM do Município passou de 0,501, em 1991, para 0,738, em 2010, implicando uma taxa de crescimento de 47,31%.

Gráfico 4. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, por componentes, 1991/2000



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 (Com dados dos Censos 1991, 2000 e 2010.) Acesso no *site* <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking>. Elaborado pela Consultoria.

5. ASPECTOS CULTURAIS

Aniversário do município: no mês de maio, são realizadas diversas programações em comemoração ao aniversário da cidade, com desfiles cívico e alegórico.

Carnaval de rua: a cada ano, em fevereiro, a festa contabiliza público recorde entre moradores da cidade e visitantes da região.

Semana Farroupilha: promoção do Centro de Tradição Gaúcha Campeiros da Alvorada, acontece todos os anos no mês de setembro.

Feira do Peixe Vivo: acontece durante a semana santa, com *show* artístico e praça de alimentação. Os visitantes podem desfrutar de várias atrações e comidas diversificadas, além de comprar peixes da região. O grande atrativo da festa é o fato de que o visitante pode optar por comprar peixes vivos ou filés de peixe (a seu gosto). A feira ocorre às margens da BR-277, na Rua Adolpho Lolato.

Fespop: evento que acontece em meados de maio e que conta com exposições industriais, comerciais e agrícolas, comidas e danças típicas. Esse evento é realizado no Parque de Exposições e Eventos de Santa Terezinha de Itaipu, espaço criado no ano de 2014, para receber os principais eventos do Município.

Festejos natalinos: durante o mês de dezembro, são realizadas apresentações, encenações teatrais e apresentações de corais.

Pesca da corvina: realizado em março, o torneio da Pesca da Corvina reúne pessoas que concorrem na captura dos melhores peixes. Como prêmios, são distribuídos troféus e brindes aos melhores colocados.

Temporada de verão: para tornar o turismo mais atraente, a prefeitura desenvolve uma série de atividades, eventos e programações. Entre elas, destacam-se o *réveillon*, a pesca da corvina, as tarefas ecológicas e as atividades recreativas (futebol, vôlei, futevôlei, bocha e peteca).

Outras festas: Festa da Padroeira, Festa do Costelão, Jantar Italiano, Boi no Rolete, Baile do Chopp, Festas Juninas, Porco Desossado, Festa da Salada e Festas Religiosas das Comunidades Rurais.

6. ASPECTOS TURÍSTICOS

Terminal Turístico Alvorada de Itaipu: o principal ponto turístico da cidade é o Terminal Turístico Alvorada de Itaipu, que é uma praia artificial criada às margens do Lago Itaipu. Inaugurado em 22 de março de 1987, o terminal é um orgulho não só da cidade como de toda a região e conta com excelente infraestrutura para acampamento, que inclui água potável, energia elétrica, telefone, restaurante, vasta área arborizada com churrasqueiras e cabanas, um mirante do qual é possível ver boa parte do Lago de Itaipu e do Paraguai, e das instalações da Usina de Itaipu. Localiza-se a 14 quilômetros do centro de Santa Terezinha de Itaipu. São mais de 350 mil metros quadrados de área que recebem melhorias constantes, dentro e fora da temporada de verão. O objetivo é oferecer a melhor estrutura para que os turistas passem momentos agradáveis de lazer.



Figura 7. Foto do Terminal Turístico Alvorada de Itaipu

Fonte: Santa Terezinha de Itaipu - Espaços e História (material regional da Editora Opet).

Bosque dos Pioneiros: localizado na área central do Município, o Bosque dos Pioneiros se encontra em uma área de dez mil metros quadrados. O bosque oferece aos visitantes um local agradável para desfrutar da natureza. Várias pessoas utilizam a quadra que envolve o local para fazer caminhadas e atualmente, o bosque é ponto de encontro para rodas de chimarrão, bate-papo. O espaço é dotado de trilhas e bancos para descanso.



Figura 8. Foto do Bosque dos Pioneiros

Fonte: Santa Terezinha de Itaipu - Espaços e História (material regional da Editora Opet).

Parque de Lazer Domingos Zanette: inaugurado no dia 6 de junho de 1998, o Parque tem área de 42 mil metros quadrados. Esse espaço de lazer e entretenimento é considerado um dos mais bonitos da região e é propício à prática de esportes. Além disso, o Parque tem três pequenos lagos, formados com as águas da nascente do Rio Tucano. Para as crianças, há um *playground* com brinquedos no estilo rústico.

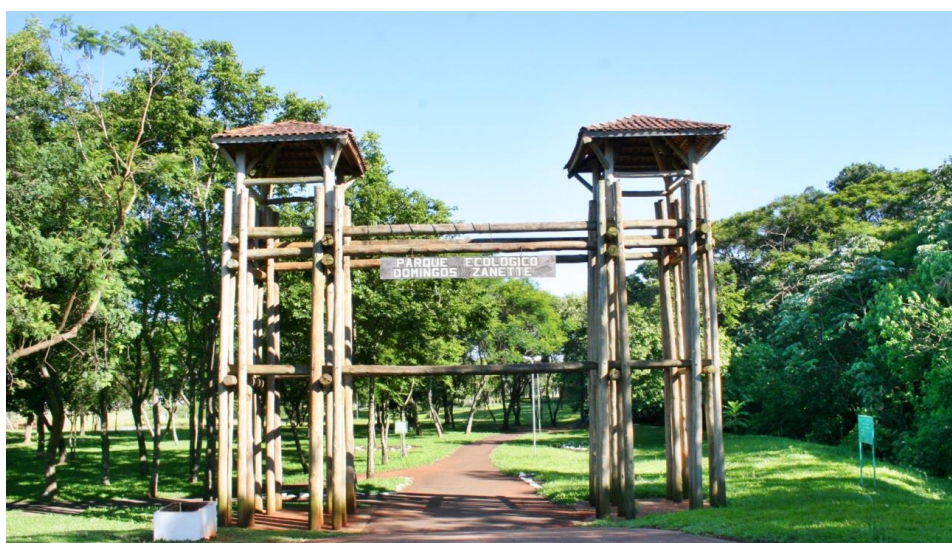


Figura 9. Foto do Parque de Lazer Domingos Zanette

Fonte: Santa Terezinha de Itaipu - Espaços e História (material regional da Editora Opet).

Igreja Matriz de Santa Terezinha de Itaipu: construída no lugar da antiga capela, a Igreja Matriz de Santa Terezinha de Itaipu teve o início de suas obras em 1983. A arquitetura segue um estilo italiano, com o sino separado da torre. No interior da Igreja Matriz, encontramos uma belíssima pintura sacra do artista plástico Marcílio Soares, que representa a Ascensão de Cristo.



Figura 10. Foto da Igreja Matriz

Fonte: Santa Terezinha de Itaipu - Espaços e História (material regional da Editora Opet).

Praça Silvino Dal Bó: Localizada em frente à Igreja Matriz da cidade, a Praça Silvino Dal Bó conta com arborização e parque infantil. O seu nome é uma homenagem a um dos primeiros colonizadores do Município.



Figura 11. Foto da Praça Dal Bó

Fonte: Santa Terezinha de Itaipu - Espaços e História (material regional da Editora Opet).

Museu Municipal: O Museu Municipal tem por objetivos preservar, cultivar e zelar o patrimônio histórico-cultural do povo itaipuense. Mantido pelo Departamento de Cultura, o museu tem, atualmente, um acervo de 170 peças e um acervo fotográfico que relata a saga histórica de Santa Terezinha de Itaipu.

Outros pontos turísticos: destacam-se o Mural dos Pioneiros, o Pesque e Pague e Restaurante Floresta, o Aero clube de Santa Terezinha de Itaipu, o Alambique da Família Piva, a Feira do Produtor Rural, a Casa do Artesão, a Chácara do Pinho, a Chácara Müller, o Sítio São Cristóvão, os chalés Maré Mansa, os chalés Ortega, a casa do artista plástico Marcílio Soares, entre muitos outros. Além dos atrativos naturais, como o Corredor da Biodiversidade.



Figura 12. Foto do Mural dos Pioneiros

Fonte: Santa Terezinha de Itaipu - Espaços e História (material regional da Editora Opet).

7. ASPECTOS EDUCACIONAIS

7.1 Relato Histórico

Junto com a colonização, iniciada em 1950, pela Colonizadora Criciúma (nome que se originou pelo fato dos primeiros moradores da região serem de Criciúma, Estado de Santa Catarina), também havia a preocupação com a educação dos filhos daqueles que chegavam no local.

Em 1953, no mês de abril, a professora Dirce Zanatta Smânia iniciou a tarefa de ministrar os estudos para os filhos dos moradores da localidade, na Escola Municipal da Colonizadora Criciúma. Em 1955, a professora Assunta Venson também começou a ministrar aulas na escola da localidade.

Em 1956, Doraci Pastorelo e Matilde Lustosa, professoras recém-formadas e vindas de Foz do Iguaçu, integram o corpo docente da escola. No entanto, permanecem somente um ano.

Em 1957, a escola passou a funcionar em três turnos, com as professoras Alzira Zilli, Dirce Zanatta Smania, Assunta Venson e Carmelo Serafim.

Em 1958, a Escola passou a ser denominada de Escola Mista Municipal Santa Terezinha. Neste mesmo ano, chegaram mais dois professores, Áureo e Elvira Eyng.

Em 1960, com o aumento da comunidade e, conseqüentemente, da clientela da Escola, foi construída mais uma sala de aula.

No dia 7 de setembro de 1964, os professores Aracy Arenhart, Áureo Eyng, Elvira Eyng, Luiza Dal Bó, Pedro Arenhart, Alzira Zilli e Antonia Thiago, e a zeladora Orlandina Dal Pont tomaram posse oficialmente dos trabalhos na Escola. Em 1965, foi realizada a inauguração oficial do prédio escolar.

Em 1967, a Escola Mista Municipal Santa Terezinha passou a ser denominada Grupo Escolar Santa Terezinha, tendo como diretor o professor Áureo Eyng.

Em 1980, o grupo escolar passou a denominar-se Grupo Escolar Carlos Zewe Coimbra, em homenagem ao professor que foi diretor do Grupo Escolar Bartolomeu Mitre, de Foz do Iguaçu. Já em 1982, muda a nomenclatura para Escola Carlos Zewe Coimbra – Ensino de 1º Grau, sob a direção do professor Áureo, que permaneceu até o mês de julho do mesmo ano, quando se afastou para concorrer ao cargo eleitoral do Município. Em seu lugar assumiu a professora Teresinha Delai da Silva. Em 1983, a instituição passou a denominar-se Escola Estadual Carlos Zewe Coimbra – Ensino de 1º Grau.

Com a democratização do ensino, em 1986, a professora Nilza Maria Geremia assumiu a direção por meio do voto direto, seguida pela professora Ilce Maria Ferreira Damasceno que dirigiu a Escola a partir de 1998.

Em 1990, a Escola foi autorizada a funcionar de 5ª a 8ª séries, extinguindo gradativamente o ensino de 1ª a 4ª séries, na medida em que este era municipalizado.

Em 1998, na administração escolar do professor Claudemir Molin, a instituição deixou de ser “escola” para ser “Colégio”. No entanto, o ensino de 5ª a 8ª séries já existia desde 1967, e era ofertado pelo Ginásio João XXIII, mantido pela Campanha Nacional das Escolas da Comunidade (CNEC). Em 1971, foi autorizado a funcionar uma extensão do Ginásio Estadual Noturno de Foz do Iguaçu, gratuito, deixando de existir o Ginásio João XXIII. No mesmo ano, pelo Decreto nº 22.584, o Governo do Estado do Paraná decretou que o Ginásio Estadual noturno passasse a denominar-se Ginásio Estadual Dom Manoel Könnner, atual Colégio Estadual Dom Manoel Könnner, que além de ser o primeiro a ofertar o ensino de 5ª a 8ª séries também foi pioneiro na oferta do Ensino Médio “gratuito”, autorizado a funcionar no ano de 1989, pela Resolução nº 1942/98, uma vez que já existia o ensino médio representando pelo Ensino Profissionalizante Magistério e Técnico em Contabilidade através

do CNEC, ofertado pelo Colégio Flávio Dal Bó, criado no ano de 1977 e extinto no ano de 2006. Hoje (2015), a educação profissionalizante está sendo ofertada pelo Colégio Estadual Dom Manoel Könner.

Na década de oitenta, devido à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e da emancipação do Município (em 1982), a população teve um significativo aumento, visto que os trabalhadores da barragem fixavam residência com suas famílias no local. Com esta expansão, aliada à atividade agrícola e de outros fatores que desencadearam o progresso do Município, houve a necessidade de expandir a oferta educacional. Porém, com o desmembramento do Distrito de Santa Terezinha, de Foz do Iguaçu, o novo Município herdou, a partir de 1982 várias escolas localizadas na zona rural.

Tabela 3. Escolas rurais que pertenciam à Foz do Iguaçu em 1982

Denominação	Situação Atual
Escola Rural Augusto Vitorassi	Extinta
Escola Rural Cassemiro de Abreu	Extinta
Escola Rural Dr. Brasília Ferreira da Luz	Extinta
Escola Rural Frei Henrique Soares	Extinta
Escola Rural Gabriel de Lara	Extinta
Escola Rural Machado de Assis	Extinta
Escola Rural Tiradentes	Extinta
Escola Rural Tomé de Souza	Extinta
Escola Rural Marechal Cândido Rondon	Extinta

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2008.

Nesta época, o ensino no meio rural era de competência do poder público municipal. Os professores eram escolhidos entre a população local (na maioria das vezes possuíam somente a escolaridade primária e, em muitos casos, incompleta), as classes eram multisseriadas, pois havia poucos alunos e o ensino-aprendizagem, era um tanto precário.

Com o surgimento do transporte escolar e a significativa redução do trabalho no campo devido à mecanização das lavouras, tornou-se insustentável economicamente manter as escolas da zona rural. Esta realidade, aliada a outros fatores sociais e econômicos foram os pontos chaves que influenciaram na cessação de várias escolas situadas na zona rural.

Desta forma, várias crianças e jovens, passaram a frequentar as escolas na área urbana, onde havia a disponibilidade de estudar em classes de série única, ter professores com melhor formação e participar de vários programas e projetos.

Tabela 4. Escolas cessadas no Município, 1980/2006

Escolas Rurais	Localização	Ano de encerramento das atividades
Frei Henrique Soares	Três Fazendas	1980
Gabriel de Lara	São João do Canavial	1993
Manoel Bandeira	Fazenda Bamburi	1994
Marechal Cândido Rondon	Fazenda Santa Maria	1994
Almirante Saldanha	Dois Lapacho (Hospital)	1995
Heitor Villas Lobos	São Pedro	1997
Dr. Basílio Ferreira da Luz	Dois Lapacho (Balança)	1998
Machado de Assis	São Vendelino	1998
Tiradentes	Apepu	1999
Tomé de Souza	Barro Branco	1999
Augusto Vitorassi	Vila Vitorassi	2001

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2008.

Algumas escolas no centro urbano também tiveram que encerrar as suas atividades, como a Escola Municipal Criciúma, em 1998, a Escola Municipal Pequeno Príncipe, em 2000 e o Colégio Flávio Dal Bó, em 2006.

A Escola Municipal Pequeno Príncipe, ofertava a Educação Infantil pré-escolar e teve que encerrar as suas atividades por não dispor de espaço geográfico para ampliação e adequação à legislação educacional, e a Escola Municipal Criciúma foi extinta pela perda dos alunos cujos pais optaram por matricular os seus filhos em um Centro de Atenção Integral à Criança (CAIC) próximo, e que oferecia dependências mais amplas e modernas. A sua sede foi ocupada mais tarde pela Associação Pestalozzi – Educação Especial.

Em 2008, a rede física escolar do Município era composta por dez instituições de ensino municipal, quatro estaduais e quatro privadas, que ofertavam a Educação Básica e as modalidades de ensino: Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial.

7.2 Redes de Ensino

Atualmente (2015), são 11 unidades educacionais no ensino da rede municipal, quatro da rede estadual e duas da rede privada.

A rede municipal oferta a educação infantil, o ensino fundamental (anos iniciais), a educação de jovens e adultos e a educação especial, por meio do atendimento dos alunos com necessidades especiais em classes especiais e salas de recurso. A rede estadual oferta o ensino fundamental (anos finais), o ensino médio (regular e profissionalizante) e a educação de jovens e adultos. Na rede privada, uma instituição de ensino oferta a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio regular e a outra oferta exclusivamente a educação especial.

Tabela 5. Instituições de ensino existentes no Município, 2015

Instituição de ensino	Rede de ensino	Localização	Prédio	
			Ano da construção	Situação
1. Centro Municipal de Educação Infantil CAIC	Municipal	Centro	1996	Próprio
2. Centro Municipal de Educação Infantil Santa Mônica	Municipal	Bairro	1992	Próprio
3. Centro Municipal de Educação Infantil Parque dos Estados	Municipal	Bairro	1996	Próprio
4. Centro Municipal de Educação Infantil Vovó Detinha	Municipal	Centro	1998	Cedido
5. Centro Municipal de Educação Infantil Áureo Eyng	Municipal	Bairro	1984	Próprio
6. Centro Municipal de Educação Infantil Edite Maria Both	Municipal	Centro	2011	Cedido
7. Escola Municipal Alexandre Zilli Netto, Educação Infantil e Ensino Fundamental	Municipal	Centro	2002	Próprio
8. Escola Municipal Cecília Meireles, Educação Infantil e Ensino Fundamental	Municipal	Centro	1993	Próprio
9. Escola Municipal Monteiro Lobato, Educação Infantil e Ensino Fundamental	Municipal	Bairro	1987	Próprio
10. Escola Municipal Nossa Senhora do Carmo	Municipal	Bairro	1996	Próprio
11. Escola Municipal Olímpio Spricigo, Ensino Fundamental	Municipal	Centro	1996	Próprio
12. Colégio Estadual Ângelo Benedet, Ensino Fundamental e Médio	Estadual	Bairro	2004	Próprio
13. Colégio Estadual Arcângelo Nandi, Ensino Fundamental e Médio	Estadual	Bairro	1982	Próprio
14. Colégio Estadual Carlos Zewe Coimbra, Ensino Fundamental e Médio	Estadual	Centro	1964	Próprio
15. Colégio Estadual Dom Manoel Könnner, Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante	Estadual	Centro	1983	Próprio
16. Colégio Cesti, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio	Privada	Centro	1968	Próprio
17. Escola de Educação Especial Pequeno Polegar, Educação Infantil e Ensino Fundamental	Privada	Centro	1991	Cedido

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2015.

III -DIAGNÓSTICOS

1. EDUCAÇÃO INFANTIL

1.1 Atendimento

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, compreende a faixa etária de zero a cinco anos. Em Santa Terezinha de Itaipu é ofertada em centros municipais de educação infantil (CMEIs) e escolas, tanto da rede municipal como particular.

A rede municipal de ensino é responsável por atender mais de 90% das matrículas desta etapa de ensino.

Tabela 1.1. Instituições de ensino que ofertam a educação infantil, 2015

Instituição de ensino	Total de alunos por faixa etária		Turnos	Número de vagas oferecidas	Demanda reprimida
	0 a 3 anos	4 a 5 anos			
1. CMEI Áureo Eyng	-	132	M e V	132	--
2. CMEI CAIC	75	-	Integral	75	11
3. CMEI Edite Maria Both	46	-	Integral	46	05
4. CMEI Parque dos Estados	75	-	Integral	75	19
5. CMEI Santa Mônica	100	-	Integral	100	12
6. CMEI Vovó Detinha	50	-	Integral	50	08
7. Colégio Cesti	32	43	M e V	-	-
8. Escola Municipal Alexandre Zilli Netto	-	79	M e V	100	--
9. Escola Municipal Cecília Meireles	-	113	M e V	120	--
10. Escola Municipal Monteiro Lobato	-	96	M e V	120	--
11. Escola Municipal Nossa Senhora do Carmo	-	130	M e V	160	--

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2015.

Legenda: M - Matutino; V - Vespertino.

A Instrução Normativa nº 01/2014, orienta a matrícula nas instituições de ensino da rede pública municipal, escolas de Educação Básica na modalidade de Educação Especial e Educação Infantil, para o ano letivo de 2015.

Para os inscritos à espera de vagas nos CMEIs, a direção da instituição entra em contato com os interessados, observando os seguintes critérios para o atendimento:

- Criança em situação de risco, comprovada através de ordem judicial, relatórios e registros do Conselho Tutelar, Centro de Referência da

Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS);

- Criança que necessita de atendimento pela necessidade de trabalho da mãe, comprovada através de Carteira de Trabalho e Previdência Social, contrato de trabalho ou declaração de vínculo de emprego, com prioridade para a criança de família que necessite dos serviços da Assistência Social, com registro no Cadastro Único do Governo Federal. Havendo situações idênticas e o número de vagas forem inferiores a demanda, serão preenchidas dando preferência às crianças de maior idade;
- Preenchida a demanda de acordo com os itens a e b, as demais vagas serão disponibilizadas aos outros interessados, utilizando como critério a criança de maior idade.

Tabela 1.2. Evolução das matrículas da educação infantil, 2011 – 2015

Redes de ensino / Faixa etária	Turno	2011		2012		2013		2014		2015	
		AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU
Municipal (0 a 3 anos)	M	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	V	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	I	289	24	303	24	320	26	338	26	346	28
Privada (0 a 3 anos)	M	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	V	24	02	32	02	55	04	34	04	32	04
	I	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total - 0 a 3 anos		313	26	335	26	375	30	372	30	378	32
Municipal (4 a 5 anos)	M	123	07	154	09	205	10	208	11	232	12
	V	300	15	266	13	315	15	309	15	318	17
	I	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Privada (4 a 5 anos)	M	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	V	65	03	80	04	62	04	67	05	43	03
	I	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total - 4 a 5 anos		488	25	500	26	582	29	584	31	586	32
Total Rede Municipal		712	46	723	46	840	51	855	52	896	57
Total Rede Privada		89	05	112	6	117	8	101	9	75	7
Total Geral		801	51	835	52	957	59	956	61	964	64

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2015.

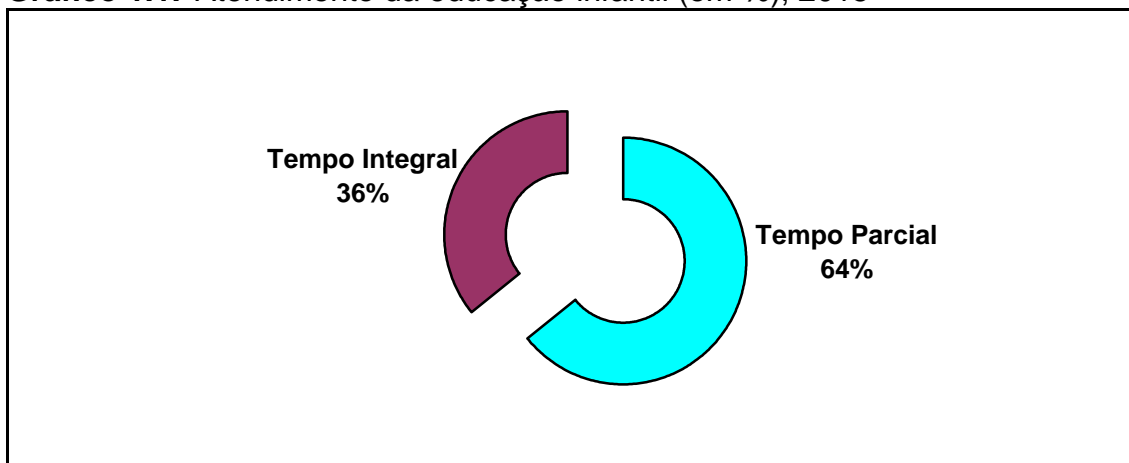
Legenda: AL – Alunos; TU – Turmas; M – Matutino; V – Vespertino; I – Integral.

As instituições de ensino não podem utilizar o critério de ordem de chegada ou fila de espera para ocupação de turno.

Atualmente (2015), 55 crianças estão na lista de espera, porém com a ampliação dos CMEIs, prevista para o ano de 2016, haverá a possibilidade de ampliação da oferta.

Não tendo vaga disponível na instituição de procura, a criança é encaminhada para a instituição educacional que dispõe de vaga.

Gráfico 1.1. Atendimento da educação infantil (em %), 2015



Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2015.

1.2 Infraestrutura

Promover a educação requer a garantia de um ambiente com condições para que a aprendizagem possa ocorrer. É importante proporcionar um ambiente físico que estimule e viabilize o aprendizado, além de favorecer as interações humanas. Mas qual é a infraestrutura adequada para que uma escola tenha condições de oferecer uma educação de melhor qualidade?

Nas tabelas a seguir foram sintetizados alguns itens básicos que uma instituição deve possuir para oferecer um mínimo de condição de funcionamento.

Tabela 1.3. Infraestrutura das instituições que ofertam a educação infantil, 2015

Descrição do Prédio	% de instituições que possuem o item relacionado	
	Rede Municipal	Rede Privada
Salas de aula (com instalação de TVs e DVDs)	100%	100%
Sala de direção/equipe	100%	100%
Sala de professores	100%	100%
Sala de leitura/biblioteca/computação	40%	100%
Refeitório	100%	--
Copa/Cozinha	100%	100%
Parque Infantil	100%	100%
Pátio coberto (creche) / Quadra coberta (pré-escola)	100%	100%
Banheiro de funcionários/professores	100%	100%
Banheiro de crianças/alunos	100%	100%
Sala de depósito	100%	100%
Berçário (creche)	--	100%
Lactário (creche)	--	100%

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2015.

Tabela 1.4. Equipamentos e materiais permanentes das instituições que oferecem a educação infantil, 2015

Descrição	% de instituições que possuem o item relacionado	
	Rede Municipal	Rede Privada
Esportes e brincadeiras		
Colchonetes	100%	100%
Conjunto de brinquedos para parquinho	100%	100%
Cozinha		
Congelador/Freezer	100%	100%
Refrigerador/Geladeira	100%	100%
Fogão comum para lactário (creche)	20%	100%
Fogão industrial	100%	100%
Liquidificador	100%	100%
Botijão de gás	100%	100%
Coleções e materiais bibliográficos		
Enciclopédias	80%	100%
Dicionários	100%	100%
Literatura Infantil	100%	100%
Material complementar de apoio pedagógico	70%	100%
Equipamentos para áudio, vídeo e foto		
Projetor	60%	100%
Tela para projeção	70%	100%
Televisor	100%	100%
DVD	100%	100%
Suporte para TV e DVD	90%	100%
Máquina fotográfica	90%	100%
Aparelho de CD e rádio	90%	100%
Setor de Informática		
Computador para administração/docentes	100%	100%
Impressora	100%	100%
Copiadora multifuncional	90%	100%
Guilhotina de papel	50%	100%
Mobiliário e aparelhos em geral		
Mobiliário infantil	100%	100%
Arquivo de aço	100%	100%
Mesa de reunião	60%	100%
Mesa para refeitório	100%	100%
Estantes para biblioteca	60%	100%
Berços e colchões (creche)	50%	100%
Banheira com suporte (creche)	30%	100%
Quadro para sala	90%	100%
Bebedouro	100%	100%
Máquina de lavar roupa	100%	100%
Secadora	40%	--
Telefone	100%	100%
Ar condicionado nas salas	100%	100%
Circulador de ar ou ventilador nas salas (de atividades ou de aula)	80%	100%

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2015.

1.3 Recursos Humanos

A formação dos professores da educação infantil e dos demais profissionais que atuam nas instituições do Município estão sintetizadas nas tabelas a seguir.

Na rede municipal de ensino, 75% dos profissionais do magistério (docentes e suporte pedagógico) possuem a formação em nível superior, pós-graduação *lato sensu*, contra os 23% da rede particular. Ainda existe, na rede particular, um contingente considerável (70%) de docentes com a formação em nível médio na modalidade normal (magistério).

Tabela 1.5. Recursos humanos para o atendimento da educação infantil na rede municipal de ensino, 2015

Cargos / Funções	Formação (em número de pessoas)						Total
	EFI	EF	EM	MG	SUP	ESP	
Direção (40 horas)	-	-	-	-	-	10	10
Suporte Pedagógico (20 horas)	-	-	-	-	-	06	06
Suporte Pedagógico (40 horas)	-	-	-	-	-	02	02
Docência (20 horas)	-	-	-	-	01	10	11
Docência (40 horas)	-	-	-	-	02	18	20
Monitor	-	-	-	-	-	04	04
Educador Infantil	-	-	-	07	18	35	60
Secretário Escolar	-	-	01	01	02	01	05
Merendeira	04	02	03	-	-	-	09
Auxiliar de Serviços Gerais	03	03	09	01	01	-	17
Total	07	05	13	09	24	86	144

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2015.

Legenda: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; SUP – Superior; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

Tabela 1.6. Recursos humanos para o atendimento da educação infantil na rede privada de ensino, 2015

Cargos / Funções	Formação (em número de pessoas)					Total
	EFI	EM	MG	SUP	ESP	
Direção (40 horas)	-	-	-	-	01	01
Suporte Pedagógico (20 horas)	-	-	-	-	02	02
Docência (20 horas)	-	-	07	03	-	10
Secretário Escolar	-	-	-	01	-	01
Auxiliar de Secretaria	-	02	-	-	-	02
Bibliotecário	-	01	-	-	-	01
Merendeira	02	-	-	-	-	02
Auxiliar de Serviços Gerais	-	-	-	01	-	01
Zeladora	-	02	-	-	-	02
Total	02	05	07	05	03	22

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2015.

Legenda: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; SUP – Superior; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

1.4 Gestão

A proposta pedagógica é a identidade da escola: estabelece as diretrizes básicas e a linha de ensino e de atuação na comunidade. Ela formaliza um compromisso assumido por professores, funcionários, representantes de pais e alunos e líderes comunitários em torno do mesmo projeto educacional.

Em Santa Terezinha de Itaipu, todas as instituições que atendem a educação infantil possuem proposta pedagógica, sendo esta elaborada e/ou reformulada periodicamente com participação ativa dos docentes. Além do plano de ação pedagógica prevista por todas as propostas, esta ainda contempla o plano de capacitação e o atendimento educacional especializado.

Todo projeto é um processo criativo para os alunos e professores, o qual permite ricas relações entre ensino e aprendizagem e, sobretudo uma concepção de aprendizagens globalizadoras.

Todas as instituições que ofertam a educação infantil no Município trabalham com a pedagogia de projetos, desenvolvendo os mais variados temas e atividades.

Tabela 1.7. Projetos desenvolvidos pelas instituições que ofertam a educação infantil, 2015

(continua)

Instituição de Ensino	Nome do projeto
CMEI Áureo Eyng	Trânsito Meio ambiente Literatura Higiene corporal Alimentação consciente
CMEI CAIC	Semana do Meio Ambiente Semana da educação infantil Semana da criança Páscoa Dia das mães Festa Junina Dia dos pais Natal
CMEI Edite Maria Both	Páscoa Dia das mães Dia dos pais Festa Junina Natal
CMEI Parque dos Estados	Higiene Alimentação Páscoa Dia das mães Festa Junina Dia dos pais Natal

Tabela 1.7. Projetos desenvolvidos pelas Instituições que ofertam a educação infantil, 2015

(encerra)

Instituição de ensino	Nome do projeto
CMEI Santa Mônica	Dia das mães Festa Junina Dia dos pais Dia das crianças Natal
CMEI Vovó Detinha	Páscoa Natal Dia das mães Dia dos pais Higiene bucal Alimentação saudável Semana do trânsito
Escola Municipal Alexandre Zilli Netto	Leitura encenada Agrinho Acco - dia do campo limpo Orientação sexual Brasil Pátria Amada Meio ambiente
Escola Municipal Cecília Meireles	Agrinho Saúde bucal
Escola Municipal Monteiro Lobato	Festa Junina Lixo e meio ambiente Agrinho Teatro na escola Folclore Consciência negra
Escola Municipal Nossa Senhora do Carmo	Coral e flauta Festa Junina Agrinho Unimed
Colégio Cesti	Semana da criança Semana da família Semana cultural Quermecesti Show de encerramento

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2015.

Quanto à merenda escolar na rede municipal de ensino:

- o cardápio é elaborado pela equipe do setor de alimentação, supervisionado e orientado por uma nutricionista;
- nos CMEIs o cardápio é elaborado semanalmente e nas escolas é mensal, tendo uma composição fixa (prato principal e guarnição), alterando o complemento com frutas e verduras de acordo com a época;
- o cardápio é diferenciado para alunos com intolerâncias ou alergias;
- as merendeiras recebem capacitação, sendo feita conforme a necessidade e ao menos uma vez ao ano;

- a merenda é preparada na escola onde é feito também o armazenamento dos produtos. Os alimentos não perecíveis são entregues mensalmente e os perecíveis, que necessitam refrigeração, semanalmente.

O transporte escolar é oferecido a todos os alunos da área rural que dele necessitarem.

Na rede municipal, o material apostilado é oferecido gratuitamente e bimestralmente aos alunos do pré-escolar II e III. Nos CMEIs, as atividades são diversificadas e o material didático e pedagógico é de escolha do professor. Todo material é adquirido com recursos próprios ou de convênios.

A rede particular adota o Sistema Positivo de Ensino, complementado os materiais quando necessário e adquirido com recursos particulares.

Quanto ao envolvimento dos pais dos alunos, na rede municipal o contato com os mesmos é frequente e direto, o que interfere positivamente no trabalho com os educandos. Na rede particular, o contato acontece por meio de reuniões, projetos e sempre que são convidados.

As instituições de educação infantil não possuem Conselho Escolar instituído, nem na rede municipal, nem na rede particular.

Todas as instituições da rede municipal trabalham de maneira integrada com o Conselho Tutelar, tendo em vista o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Todos os profissionais da educação infantil, bem como as crianças, tanto da rede municipal, quanto da rede particular, têm acesso aos programas culturais e atividades esportivas.

2. ENSINO FUNDAMENTAL

2.1 Oferta

A tabela 2.1 apresenta as instituições de ensino da educação básica que ofertam o ensino fundamental no Município (anos iniciais e anos finais – rede municipal, rede privada e rede estadual).

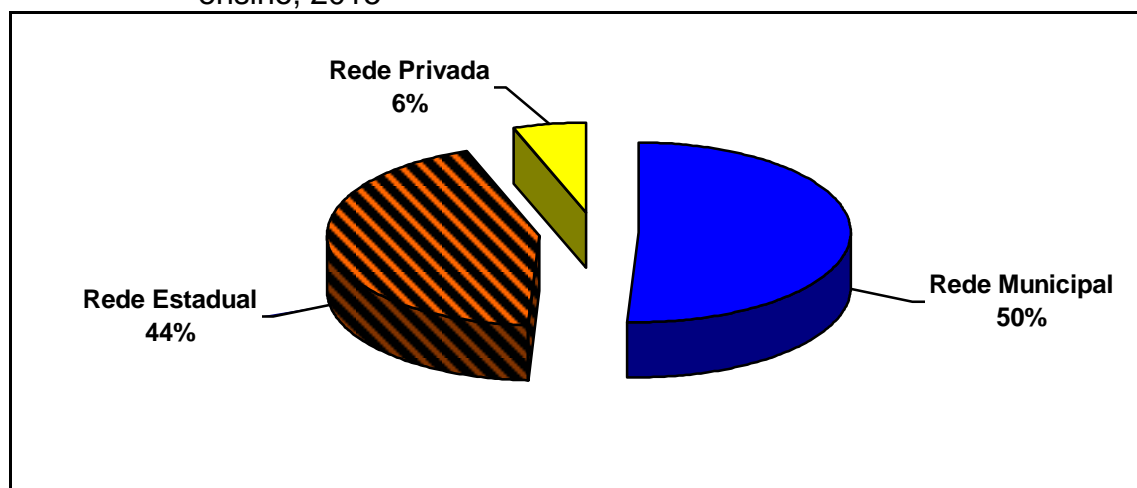
Tabela 2.1. Instituições que ofertam o ensino fundamental, 2015

Instituição de Ensino	Total de alunos		Turnos
	Anos iniciais	Anos finais	
Escola Municipal Alexandre Zilli Netto	230	-	M/V
Escola Municipal Cecília Meireles	327	-	M/V
Escola Municipal Monteiro Lobato	317	-	M/V
Escola Municipal Nossa Senhora do Carmo	405	-	M/V
Escola Municipal Olímpio Spricigo	305	-	M/V
Colégio Estadual Ângelo Antonio Benedet	-	270	M/V
Colégio Estadual Arcângelo Nandi	-	241	M/V
Colégio Estadual Carlos Zewe Coimbra	-	425	M/V
Colégio Estadual Dom Manoel Könner	-	429	M/V
Colégio Cesti	95	79	M/V

Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

Legenda: M – Matutino; V – Vespertino.

Gráfico 2.1. Percentual das matrículas do ensino fundamental por rede de ensino, 2015



Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

A evolução histórica do atendimento geral do ensino fundamental, de 2011 a 2015, encontra-se na tabela a seguir.

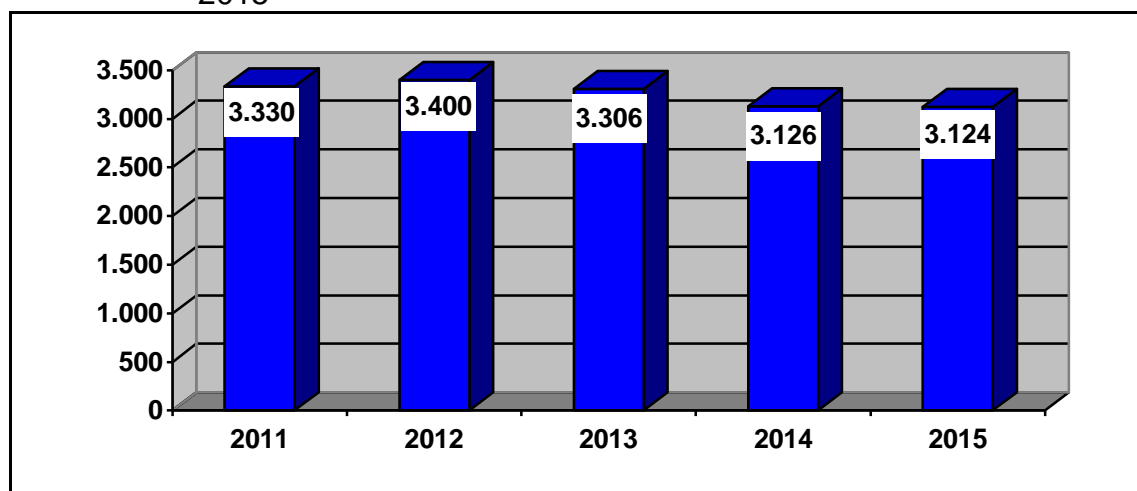
Tabela 2.2. Matrículas do ensino fundamental, 2011 – 2015

Redes de ensino	Turno	2011		2012		2013		2014		2015	
		AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU
Municipal (Anos iniciais)	M	737	32	735	33	797	37	667	31	793	35
	V	795	34	785	34	915	38	904	36	791	34
Total – rede municipal		1.532	66	1.520	67	1.712	75	1.571	67	1.584	69
Estadual (Anos finais)	M	714	23	643	22	598	21	583	21	627	21
	V	807	30	952	31	727	28	748	29	738	30
	N	109	05	118	06	83	04	43	01	-	-
Total – rede estadual		1.630	58	1.713	59	1.408	53	1.374	51	1.365	51
Privada (Anos iniciais)	M	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	V	85	05	94	05	99	05	100	06	95	06
Privada (Anos finais)	M	83	04	73	04	87	04	81	04	79	04
	V	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total – rede privada		168	09	167	09	186	09	181	10	174	10

Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

Legenda: AL – Alunos; TU – Turmas; M – Matutino; V – Vespertino; N – Noturno.

Gráfico 2.2. Evolução histórica das matrículas do ensino fundamental, 2011 – 2015



Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

2.2 Infraestrutura

A infraestrutura das instituições de ensino da educação básica que ofertam o ensino fundamental no Município (anos iniciais e anos finais) está relacionada nas tabelas 2.2 e 2.3.

Tabela 2.3. Infraestrutura das instituições que ofertam o ensino fundamental, 2015

Descrição do Prédio	Total de instituições que possuem o item relacionado	
	Rede Municipal	Rede Estadual
Salas de aula	05	04
Salas de aula sendo utilizadas para outras atividades	02	04
Sala de direção/equipe	05	03
Sala de professores	04	04
Sala de leitura/biblioteca/computação	05	04
Laboratório de Informática	05	04
Laboratório de Ciências	-	04
Refeitório	05	03
Copa/Cozinha	05	04
Parque Infantil	05	-
Quadra coberta	05	04
Banheiro de funcionários/professores	05	04
Banheiro de alunos	05	04
Sala de depósito	05	02
Sala de TV/DVD	01	02

Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

Tabela 2.4. Equipamentos e materiais permanentes das instituições que ofertam o ensino fundamental, 2015

(continua)

Descrição	Total de instituições que possuem o item relacionado	
	Rede Municipal	Rede Estadual
Esportes e brincadeiras		
Colchonetes (para a educação física)	04	03
Conjunto de brinquedos para parquinho	05	-
Cozinha		
Congelador/Freezer	05	04
Refrigerador/Geladeira	05	04
Fogão comum para lactário (creche)	-	-
Fogão industrial	05	04
Liquidificador	05	04
Botijão de gás	05	04
Coleções e materiais bibliográficos		
Enciclopédias	05	04
Dicionários	05	04
Literatura Infantil	05	02
Literatura infantil-juvenil	05	04
Paradidáticos	05	04
Material complementar de apoio pedagógico	05	04
Equipamentos para áudio, vídeo e foto		
Projektor	03	04

Tabela 2.4. Equipamentos e materiais permanentes das instituições que ofertam o ensino fundamental, 2015

(encerra)

Descrição	Total de instituições que possuem o item relacionado	
	Rede Municipal	Rede Estadual
Tela para projeção	05	03
Televisor	05	04
DVD	05	04
Suporte para TV e DVD	05	04
Máquina fotográfica	05	04
Aparelho de CD e rádio	05	04
Setor de Informática		
Computador para administração/docentes	05	04
Computador para sala de informática	05	04
Impressora	05	04
Copiadora multifuncional	05	04
Guilhotina de papel	05	04
Mobiliário e aparelhos em geral		
Mobiliário em geral (carteiras, cadeiras)	05	04
Arquivo de aço	05	04
Mesa de reunião	04	04
Mesa para refeitório	05	04
Estantes para biblioteca	05	04
Quadro para sala de aula	05	04
Bebedouro	05	03
Máquina de lavar roupa	05	03
Secadora	02	-
Telefone	05	04
Ar condicionado nas salas (de atividades ou de aula)	05	04
Circulador de ar ou ventilador nas salas (de atividades ou de aula)	04	03

Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

Os colégios estaduais possuem uma boa infraestrutura, no entanto o espaço escolar de duas instituições se restringe às atividades e eventos dos alunos e professores. Os quatro colégios proporcionam programas culturais e esportivos no espaço escolar. Para complementar o ensino diário, tanto alunos quanto professores, frequentam a biblioteca para ler e pesquisar, como também participam de aulas de informática.

A instituição da rede privada – Cesti – encontra-se bem estruturada fisicamente. No entanto, o espaço escolar se restringe às atividades e eventos dos alunos e professores com programas culturais e esportivos. Para complementar o ensino diário, tanto alunos quanto professores frequentam a biblioteca, porém as aulas de informática são apenas para os professores.

2.3 Desempenho dos Alunos

Tabela 2.5. Rendimento e movimento escolar (taxas de aprovação, reprovação e evasão) no ensino fundamental, por rede de ensino, 2011 – 2014

Rede de ensino	Percentuais											
	2011			2012			2013			2014		
	APR	REP	EVA	APR	REP	EVA	APR	REP	EVA	APR	REP	EVA
Municipal	98,83	7,76	0,41	97,98	1,66	0,36	96,69	1,71	1,60	96,26	2,68	1,06
Estadual	84,52	12,04	3,44	70,95	27,64	1,41	79,74	17,70	2,56	80,32	14,62	5,06
Privada	98,81	1,19	-	98,20	1,20	0,60	99,46	0,54	-	99,45	0,55	-

Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

Legenda: APR – Aprovação; REP – Reprovação; EVA – Evasão.

Quanto aos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a rede municipal de ensino conseguiu superar a média nacional para os primeiros anos do ensino fundamental, obtendo a nota 6.5. A meta projetada para a rede municipal era de 5.5. Os gráficos 2.3 e 24, mostram a evolução das redes de ensino ao longo do tempo.

Nos anos finais do ensino fundamental, é possível observar que até 2011, a rede estadual encontrava-se em um processo ascendente. Em 2013, houve uma queda, pontuando em 4.2, ficando abaixo da meta estipulada que era de 4.6.

O IDEB é calculado através da análise das taxas de rendimento escolar e das médias de desempenho nos exames da Prova Brasil e do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). O índice é importante para medir o desenvolvimento da educação no país, além de permitir a projeção de metas a serem atingidas por todos os municípios.

Tabela 2.6. Resultados do IDEB no ensino fundamental, por instituição de ensino, e as metas previstas 2007-2021

(continua)

Instituição de Ensino	IDEB observado					Metas projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
EM Alexandre Zilli Neto	4.9	5.6	6.3	7.2	6.8	5.0	5.3	5.7	5.9	6.2	6.4	6.7	6.9
EM Cecília Meireles	4.8	5.3	6.9	7.4	6.9	4.8	5.1	5.5	5.8	6.0	6.3	6.5	6.8
EM Monteiro Lobato	4.2	4.8	6.1	7.3	5.8	4.3	4.6	5.0	5.3	5.6	5.9	6.1	6.4
EM Nossa Senhora do Carmo	4.9	5.0	6.5	7.7	6.5	5.0	5.3	5.7	5.9	6.2	6.4	6.6	6.9
EM Olímpio Spricigo	3.9	5.3	6.2	7.9	6.6	4.0	4.3	4.7	5.0	5.3	5.5	5.8	6.1

Tabela 2.6. Resultados do IDEB no ensino fundamental, por instituição de ensino, e as metas previstas 2007-2021

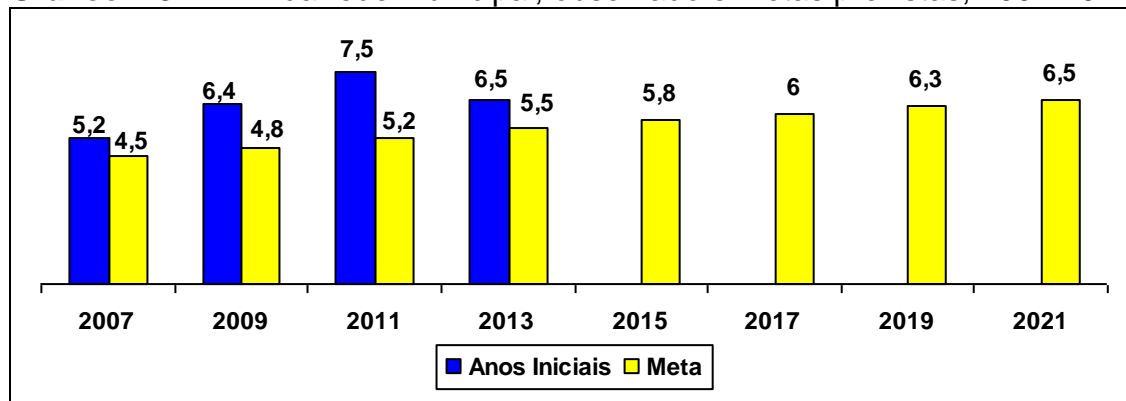
(encerra)

Instituição de Ensino	IDEB observado					Metas projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
CE Ângelo Antonio Benedet	3.4	3.9	4.4	4.3	3.7	3.4	3.5	3.8	4.2	4.6	4.9	5.1	5.4
CE Arcângelo Nandi	-	3.9	4.7	4.9	4.5	-	4.0	4.2	4.5	4.9	5.1	5.4	5.6
CE Carlos Zewe Coimbra	4.2	4.3	4.6	4.5	4.4	4.2	4.4	4.6	5.0	5.4	5.6	5.9	6.1
CE Manoel Könner	3.5	3.9	3.5	4.2	3.9	3.6	3.7	4.0	4.4	4.8	5.0	5.3	5.5

Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

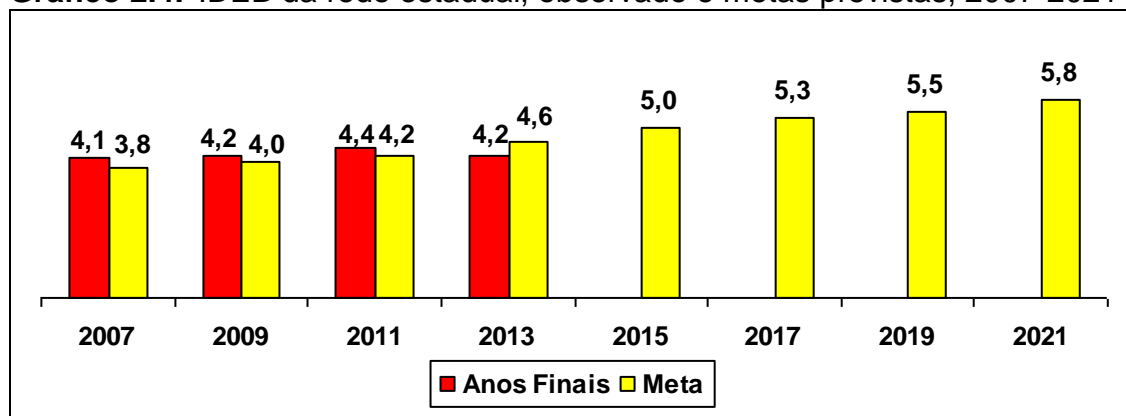
Legenda: EM – Escola Municipal; CE – Colégio Estadual.

Gráfico 2.3. IDEB da rede municipal, observado e metas previstas, 2007-2021



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP (Consulta no site www.inep.gov.br, em fevereiro de 2015). Elaborado pela Consultoria.

Gráfico 2.4. IDEB da rede estadual, observado e metas previstas, 2007-2021



Fonte: INEP (Consulta no site www.inep.gov.br, em fevereiro de 2015). Elaborado pela Consultoria.

Tabela 2.7. Dados sobre o IDEB

Instituição de Ensino	Ações tomadas pelas instituições que atingiram ou ultrapassaram a meta prevista no último IDEB
Escola Municipal Alexandre Zilli Netto	Atendimento de apoio paralelo; Atividades diferenciadas.
Escola Municipal Cecília Meireles	Foram desenvolvidos, com a participação de todos os docentes, projetos de leitura, apoio paralelo, atividades diversas de raciocínio lógico, ludicidade, entre outros.
Escola Municipal Monteiro Lobato	Foram identificadas as áreas de maior fragilidade e realizadas ações individualizadas; reforço dos conteúdos com menor aproveitamento; maior comprometimento da equipe pedagógica a fim de recuperar o aluno com maior dificuldade de aprendizagem.
Escola Municipal Olímpio Spricigo	Investimento em capacitação dos professores; uso de material didático apostilado; acompanhamento de alunos faltosos; desenvolvimento de ações de reforço ao aprendizado como apoio pedagógico no contraturno escolar e apoio paralelo, além de atendimento em sala de recursos multifuncional Tipo I para os alunos que apresentam necessidade.
Escola Municipal Nossa Senhora do Carmo	Incentivo na capacitação dos professores; qualidade do material didático apostilado; apoio pedagógico no contraturno; apoio paralelo.

Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

2.4 Recursos Humanos

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) determina que a formação de docentes para atuar na educação básica seja feita em nível superior em curso de licenciatura, admitindo-se a formação mínima de nível médio, na modalidade Normal, para o exercício do magistério na educação infantil e no primeiro segmento do ensino fundamental. Para a docência no segundo segmento do ensino fundamental, é pressuposta a formação superior.

As tabelas a seguir, sintetizam a formação dos profissionais que atuam nas instituições de ensino fundamental, tanto na docência, como no suporte pedagógico, para os profissionais do magistério, e também os profissionais que atuam como apoio à educação, nos serviços administrativos e de serviços gerais.

É possível verificar que a formação dos profissionais do magistério da rede municipal de ensino, em comparação com as demais redes de ensino, é superior, tendo um contingente de mais de 95% destes profissionais com a formação em pós-graduação (*lato sensu*). Na rede estadual, este percentual é de 57,4% e na rede privada, de 77%.

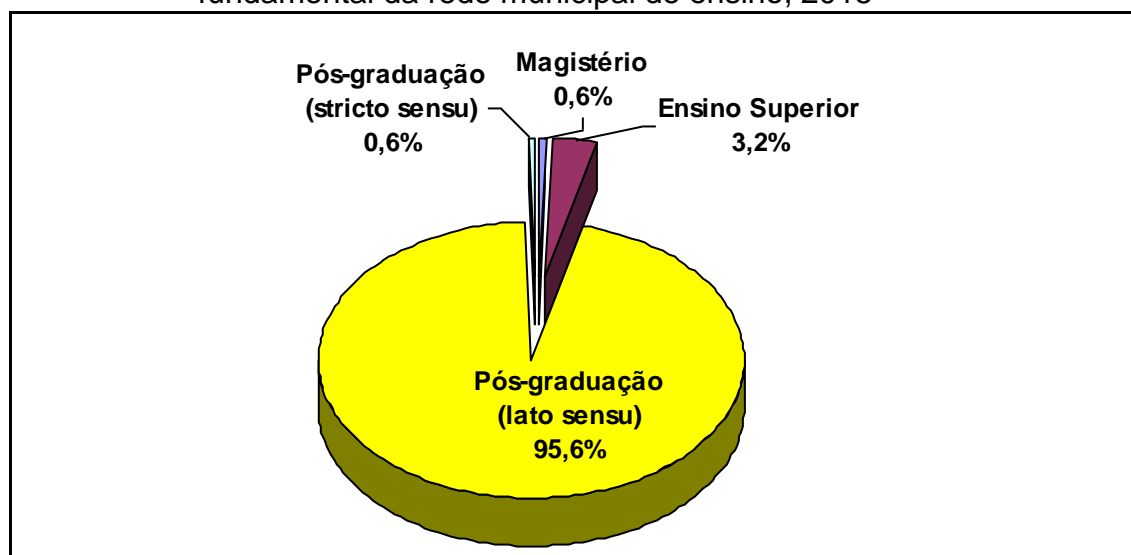
Tabela 2.8. Recursos humanos do ensino fundamental da rede municipal de ensino, 2015

Cargos / Funções	Formação (em número de pessoas)							Total
	EFI	EF	EM	MG	SUP	ESP	MES	
Direção (40 horas)	-	-	-	-	-	05	-	05
Vice-direção (40 horas)	-	-	-	-	-	03	-	03
Suporte Pedagógico (20 horas)	-	-	-	-	-	04	-	04
Suporte Pedagógico (40 horas)	-	-	-	-	-	03	-	03
Docência (20 horas)	-	-	-	01	05	46	01	53
Docência (40 horas)	-	-	-	-	-	90	-	90
Secretário Escolar	-	-	02	01	02	01	-	06
Merendeira	04	02	03	-	-	-	-	09
Auxiliar de Serviços Gerais	03	03	09	01	01	-	-	17
Total	07	05	14	03	08	152	01	190

Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

Legenda: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; SUP – Superior; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

Gráfico 2.5. Formação dos profissionais do magistério que atuam no ensino fundamental da rede municipal de ensino, 2015



Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

Tabela 2.9. Recursos humanos do ensino fundamental da rede estadual de ensino, 2015

(continua)

Cargos / Funções	Formação (em número de pessoas)							Total
	EFI	EF	EM	MG	SUP	ESP	MES	
Direção (40 horas)	-	-	-	-	01	03	-	04
Vice Direção (20 horas)	-	-	-	-	-	01	-	01
Vice-direção (40 horas)	-	-	-	-	-	01	02	03
Suporte Pedagógico (20 horas)	-	-	-	-	-	04	-	04
Suporte Pedagógico (40 horas)	-	-	-	-	02	07	02	11
Docência (20 horas)	-	-	-	-	53	59	-	112
Docência (40 horas)	-	-	-	-	20	33	-	53
Secretário Escolar	-	-	-	-	01	03	-	04

Tabela 2.9. Recursos humanos do ensino fundamental da rede estadual de ensino, 2015

(encerra)

Cargos / Funções	Formação (em número de pessoas)							Total
	EFI	EF	EM	MG	SUP	ESP	MES	
Auxiliar de Secretaria	-	-	01	-	02	01	-	04
Auxiliar Administrativo	-	-	-	-	06	05	-	11
Bibliotecário	-	-	03	-	02	03	-	08
Merendeira	-	-	08	-	-	-	-	08
Auxiliar de Serviços Gerais	01	02	20	-	01	-	-	24
Total	01	02	32	-	88	120	04	247

Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

Legenda: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; SUP – Superior; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

Gráfico 2.6. Formação dos profissionais do magistério que atuam no ensino fundamental da rede estadual de ensino, 2015



Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

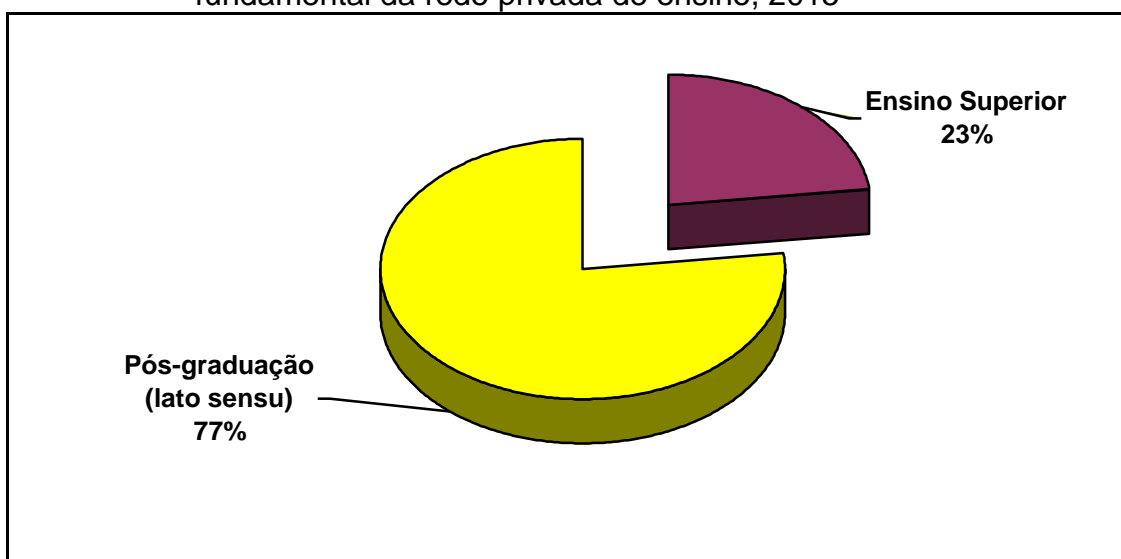
Tabela 2.10. Recursos humanos do ensino fundamental da rede privada de ensino, 2015

Cargos / Funções	Formação (em número de pessoas)							Total
	EFI	EF	EM	MG	SUP	ESP	MES	
Direção (40 horas)	-	-	-	-	-	01	-	01
Suporte Pedagógico (20 horas)	-	-	-	-	-	03	-	03
Docência (20 horas)	-	-	-	-	07	20	-	27
Secretário Escolar	-	-	-	-	01	-	-	01
Auxiliar de Secretaria	-	-	02	-	-	-	-	02
Bibliotecário	-	-	01	-	-	-	-	01
Merendeira	02	-	-	-	-	-	-	02
Auxiliar de Serviços Gerais	-	-	-	-	01	-	-	01
Zeladora	-	-	02	-	-	-	-	02
Total	02	-	05	-	09	24	-	40

Fonte: Colégio Cesti, 2015.

Legenda: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; SUP – Superior; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

Gráfico 2.7. Formação dos profissionais do magistério que atuam no ensino fundamental da rede privada de ensino, 2015



Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

2.5. Gestão

Somente os quatro colégios estaduais possuem conselhos escolares instituídos, colaborando com o planejamento escolar e demais atividades, participando inclusive de capacitações específicas para este órgão colegiado.

As instituições procuram trabalhar com projetos, visando proporcionar um ambiente favorável ao saber. A tabela a seguir, sintetiza os principais projetos desenvolvidos ao longo do ano letivo pelas instituições que ofertam o ensino fundamental no Município.

Tabela 2.11. Projetos desenvolvidos pelas instituições para os alunos do ensino fundamental, 2015

(continua)

Instituição de Ensino	Nome do Projeto
Colégio Cesti	Semana da criança; Semana da família; Semana cultural; Quermecesti; Show de encerramento; Show de Talentos.
Colégio Estadual Ângelo Antonio Benedet	Projeto Mais Educação; Projeto Treinamento Esportivo.
Colégio Estadual Carlos Zewe Coimbra	Teatro na Escola; Hora treinamento.
Colégio Estadual Dom Manoel Könner	Atividades e treinamento esportivo.
Escola Municipal Cecília Meireles	Agrinho; Saúde bucal.

Tabela 2.11. Projetos desenvolvidos pelas instituições para os alunos do ensino fundamental, 2015

(encerra)

Instituição de Ensino	Nome do Projeto
Escola Municipal Alexandre Zilli Netto	Leitura encenada; Agrinho; Acco - Dia do campo limpo; Orientação sexual; Brasil - pátria amada; Meio ambiente.
Escola Municipal Monteiro Lobato	Festa Junina; Lixo e meio ambiente; Agrinho; Teatro na escola; Folclore; Consciência negra.
Escola Municipal Nossa Senhora do Carmo	Coral e Flauta; Festa Junina; Agrinho; Unimed.
Escola Municipal Olímpio Spricigo	Agrinho; Proerd; Unimed; Campo Limpo.

Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

Tabela 2.12. Informações complementares das instituições que ofertam o ensino fundamental, 2015

Itens	Total de instituições que responderam o item listado		
	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Privada
A comunidade utiliza regularmente os espaços da instituição de ensino para suas atividades	05	02	01
Proporciona o acesso dos alunos a programas culturais	05	04	01
Proporciona o acesso dos profissionais da educação a programas culturais	05	04	01
Proporciona o acesso dos alunos a atividades esportivas	05	04	01
Estimula o acesso dos alunos à leitura em sua biblioteca ou em espaço equivalente	05	04	01
Oferece aprendizado de informática aos alunos	05	04	01
Oferece aprendizado de informática aos profissionais da educação	05	04	01
Trabalha de maneira integrada com o Conselho Tutelar	05	04	--

Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

ENSINO MÉDIO

3.1 Oferta

As instituições de ensino da educação básica que ofertam o ensino médio no Município, regular e profissionalizante, estão relacionadas na tabela 3.1.

Tabela 3.1. Instituições que ofertam o ensino médio, 2015

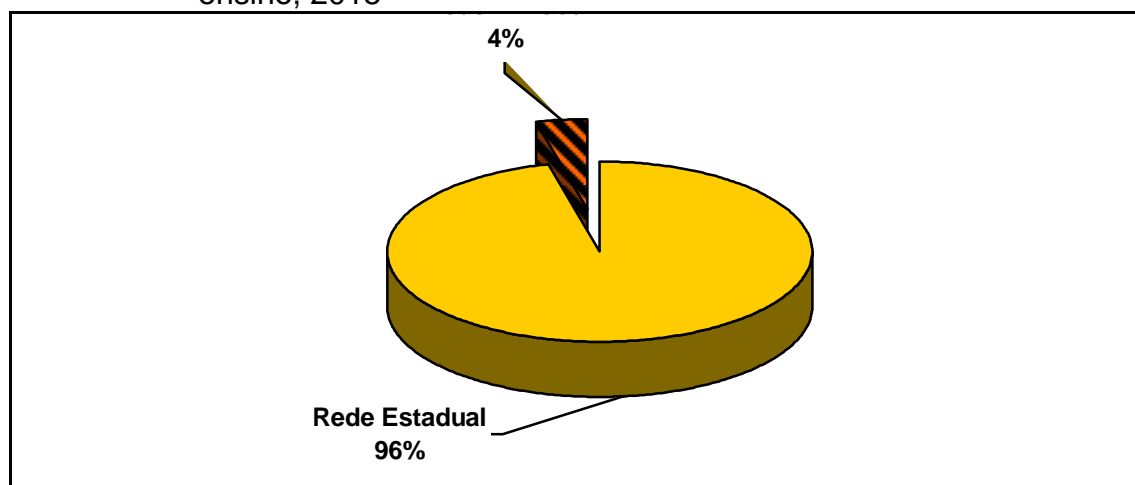
Instituição de ensino	Localização	Total de alunos		Turnos
		Regular	Profissionalizante	
Colégio Cesti	Centro	42	-	M
Colégio Estadual Ângelo Antonio Benedet	Jardim Santa Mônica	110	-	M/N
Colégio Estadual Arcângelo Nandi	Parque dos Estados	143	-	M/V/N
Colégio Estadual Carlos Zewe Coimbra	Centro	360	-	M/V/N
Colégio Estadual Dom Manoel Könner	Centro	400	200	M/V/N

Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

Legenda: M – Matutino; V – Vespertino; N – Noturno.

Os cursos ofertados no Colégio Estadual Dom Manoel Könner, instituição do ensino médio profissionalizante, são: formação de docentes da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental; técnico em informática integrado; técnico em informática subsequente; técnico em secretariado integrado e técnico em secretariado subsequente.

Gráfico 3.1. Percentual das matrículas do ensino médio regular por rede de ensino, 2015



Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

3.2 Matrículas

O atendimento geral do ensino médio regular e profissionalizante, de 2011 a 2015, está relacionado nas tabelas 3.2 e 3.3.

Tabela 3.2. Matrículas do ensino médio regular, 2011 – 2015

Redes de Ensino	Turno	2011		2012		2013		2014		2015	
		AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU
Estadual	M	393	15	358	15	415	15	338	15	395	15
	V	127	05	127	05	129	05	116	05	114	05
	N	243	11	283	11	297	12	257	12	253	10
Privada	M	48	03	55	03	47	03	46	03	42	03
Total Geral		811	34	823	34	888	35	757	35	804	33

Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

Legenda: AL – Alunos; TU – Turmas; M – Matutino; V – Vespertino; N – Noturno.

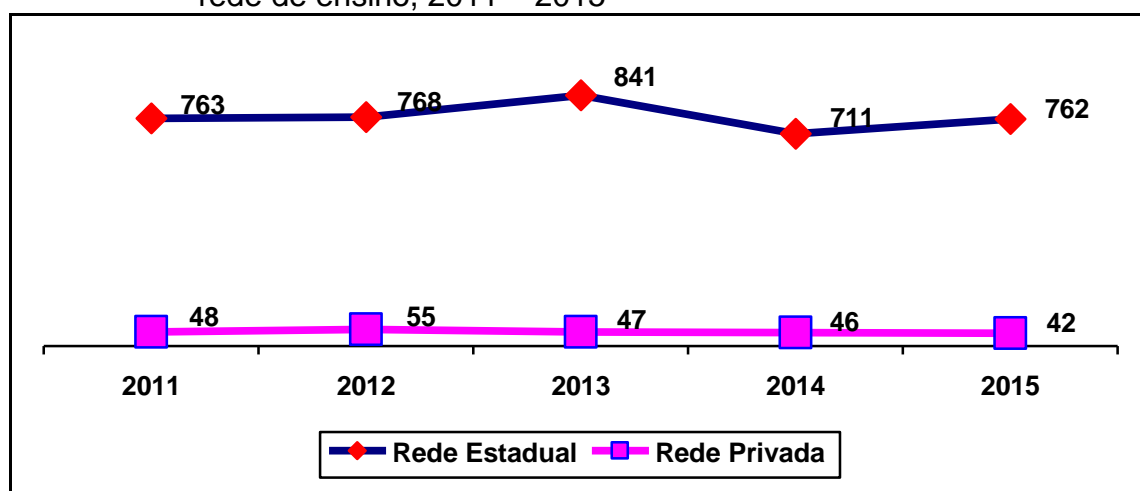
Tabela 3.3. Matrículas do ensino médio profissionalizante, 2011 – 2015

Turno	2011		2012		2013		2014		2015	
	AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU
M	54	02	63	02	58	03	46	03	54	03
V	79	04	76	04	67	04	72	04	72	04
N	107	07	93	06	67	04	48	04	17	01
Total Geral	240	13	232	12	192	11	166	11	143	08

Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

Legenda: AL – Alunos; TU – Turmas; M – Matutino; V – Vespertino; N – Noturno.

Gráfico 3.2. Evolução histórica das matrículas do ensino médio regular, por rede de ensino, 2011 – 2015



Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

3.3 Desempenho dos Alunos

Tabela 3.4. Rendimento e movimento escolar (taxa de aprovação, reprovação e evasão) dos alunos do ensino médio regular, por rede de ensino, 2011 – 2014

Rede de Ensino	Percentuais											
	2011			2012			2013			2014		
	APR	REP	EVA	APR	REP	EVA	APR	REP	EVA	APR	REP	EVA
Estadual	82,73	7,06	10,20	72,22	23,55	4,23	71,67	21,28	7,05	75,37	14,88	9,75
Privada	97,92	2,08	-	94,55	5,45	-	100	-	-	97,83	2,17	-

Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

Legenda: APR – Aprovação; REP – Reprovação; EVA – Evasão.

Tabela 3.5. Rendimento e movimento escolar (taxa de aprovação, reprovação e evasão) dos alunos do ensino médio profissionalizante, por rede de ensino, 2011 – 2014

Rede de Ensino	Percentuais											
	2011			2012			2013			2014		
	APR	REP	EVA	APR	REP	EVA	APR	REP	EVA	APR	REP	EVA
Estadual	73,68	14,66	11,66	71,86	28,14	-	72,79	25,90	1,31	81,40	12,55	6,05

Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

Legenda: APR – Aprovação; REP – Reprovação; EVA – Evasão.

As instituições de ensino realizam ações para melhorar os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), como, revisão de questões das últimas provas e grupos de estudo e simulados.

3.4 Recursos Humanos

A formação dos recursos humanos para o atendimento do ensino médio consta nas tabelas a seguir, com a quantidade de pessoas por cargo/função e formação, de acordo com a rede de ensino.

Tabela 3.6. Recursos humanos para o atendimento do ensino médio na rede estadual de ensino, 2015

(continua)

Cargos / Funções	Formação (em número de pessoas)						Total
	EFI	EF	EM	SUP	ESP	MES	
Direção (40 horas)	-	-	-	01	03	-	04
Vice-Direção (20 horas)	-	-	-	-	01	-	01
Vice-direção (40 horas)	-	-	-	-	01	-	01
Suporte Pedagógico (20 horas)	-	-	-	01	04	-	05
Suporte Pedagógico (40 horas)	-	-	-	01	04	01	06
Docência (20 horas)	-	-	-	33	56	-	89
Docência (40 horas)	-	-	-	-	45	-	45
Secretário Escolar	-	-	-	02	02	-	04
Auxiliar de Secretaria	-	-	01	02	02	-	05
Auxiliar Administrativo	-	-	-	06	05	-	11
Bibliotecário	-	-	03	02	03	-	08
Merendeira	-	-	08	-	-	-	08

Tabela 3.6. Recursos humanos para o atendimento do ensino médio na rede estadual de ensino, 2015

(encerra)

Cargos / Funções	Formação (em número de pessoas)						Total
	EFI	EF	EM	SUP	ESP	MES	
Auxiliar de Serviços Gerais	01	02	20	01	-	-	24
Total	01	02	32	49	126	01	211

Fonte: Escolas estaduais, 2015

Legenda: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; SUP – Superior; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

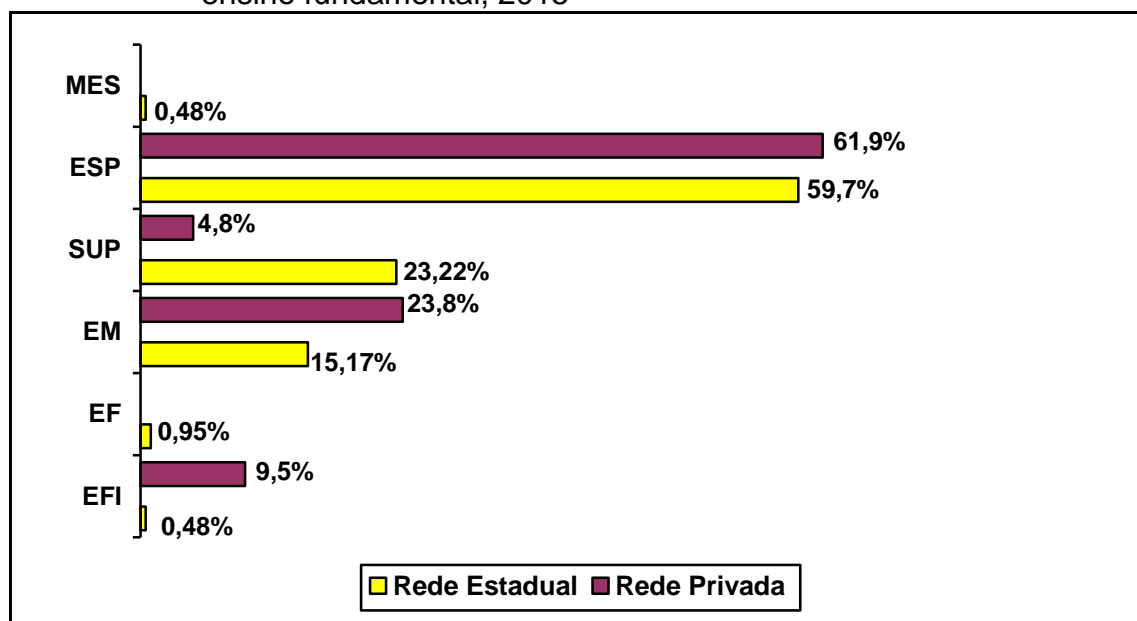
Tabela 3.7. Recursos humanos para o atendimento do ensino médio na rede privada de ensino, 2015

Cargos / Funções	Formação (em número de pessoas)					Total
	EFI	EF	EM	SUP	ESP	
Direção (20 horas)	-	-	-	-	01	01
Suporte Pedagógico (20 horas)	-	-	-	-	01	01
Docência (40 horas)	-	-	-	-	11	11
Secretário Escolar	-	-	-	01	-	01
Auxiliar de Secretaria	-	-	02	-	-	02
Bibliotecário	-	-	01	-	-	01
Merendeira	02	-	-	-	-	02
Zeladora	-	-	02	-	-	02
Total	02	-	05	01	13	21

Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

Legenda: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; SUP – Superior; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

Gráfico 3.3. Formação dos recursos humanos atuantes nas instituições de ensino fundamental, 2015



Fonte: Instituições de ensino, 2010.

Legenda: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; ES – Ensino Superior; ESP – Especialização; MES - Mestrado.

4. EDUCAÇÃO SUPERIOR

No município de Santa Terezinha de Itaipu a educação superior é ofertada pelo Instituto Educacional Terra das Águas, oferecendo cursos de graduação e pós-graduação em convênio com o Grupo Educacional Uninter. Os cursos ofertados são na modalidade de educação a distância.

Tabela 4.1. Cursos de graduação ofertados pelo Instituto Educacional Terra das Águas– Uninter no Município, 2015

Cursos	Total de vagas ofertadas	Total de vagas preenchidas
Técnico em Comércio Exterior	40	03
Técnico em Gestão Ambiental	40	06
Técnico em Gestão Comercial	40	02
Técnico em Gestão da Produção Industrial	40	01
Técnico em Gestão de Recursos Humanos	40	06
Técnico em Gestão de Turismo	40	01
Técnico em Gestão Financeira	40	01
Técnico em Gestão Pública	40	28
Técnico em Logística	40	04
Técnico em Marketing	40	02
Técnico em Processos Gerenciais	40	10
Licenciatura em Filosofia	40	03
Licenciatura em Geografia	40	01
Licenciatura em Letras	40	01
Licenciatura em Matemática	40	04
Licenciatura em Pedagogia	40	38
Bacharel em Administração	40	06
Bacharel em Ciências Contábeis	40	04

Fonte: Uninter, março de 2015.

Tabela 4.2. Cursos de pós-graduação ofertados pelo Instituto Educacional Terra das Águas – Uninter no Município, 2015

Cursos	Total de vagas ofertadas	Total de vagas preenchidas
Educação Especial e Inclusiva	40	06
Alfabetização e Letramento	40	02
Educação Infantil	40	03
Inspeção Escolar	40	01
Metodologia do Ensino da Arte	40	01
Metodologia do Ensino de História e Geografia	40	01
Organização Pedagógica da Escola-Gestão Escolar	40	02
Psicopedagogia Clínica e Institucional	40	03
MBA em Administração e Finanças	40	04
MBA em Controladoria e Finanças	40	01
Enfermagem do Trabalho	40	01

Fonte: Uninter, março de 2015.

A procedência escolar dos acadêmicos que cursam a Uninter em Santa Terezinha de Itaipu é de 100% da rede pública.

Os índices de evasão mostram uma redução considerável, e que vem decaindo ano a ano.

Tabela 4.3. Índices de evasão, 2011 – 2014 (em %)

Instituição	Percentuais de evasão por ano			
	2011	2012	2013	2014
Uninter	5%	6%	3%	2%

Fonte: Uninter, março de 2015.

O Instituto funciona em um prédio alugado, nas dependências do Colégio Cesti cuja estrutura física é ótima, como mostram os dados na tabela a seguir.

Tabela 4.4. Infraestrutura do Instituto Terra das Águas, 2015

Itens	Avaliação			
	O	B	R	I
Espaço físico disponível adequado ao número de alunos.	X	-	-	-
Iluminação e ventilação adequadas às atividades desenvolvidas.	X	-	-	-
Mobiliário confortável para o desenvolvimento dos trabalhos individuais e em grupos.	X	-	-	-
Adequação dos espaços disponíveis ao currículo proposto.	X	-	-	-
Instalações sanitárias adequadas para docentes, discentes e funcionários.	X	-	-	-
Condições para atendimento aos portadores de necessidades especiais.	X	-	-	-
Biblioteca com acervo de livros e periódicos em quantidade e qualidade desejáveis.	X	-	-	-
Existência de acervo de recursos audiovisuais.	X	-	-	-
Acesso à Internet.	X	-	-	-

Fonte: Uninter, março de 2015.

Legenda: O – Ótimo; B – Bom; R – Regular; I – Inexistente.

Além dos cursos superiores ofertados no Município, em torno de 450 pessoas deslocam-se diariamente para outras instituições da região, como Foz do Iguaçu e São Miguel do Iguaçu.

Os cursos superiores e de pós-graduação mais procurados são: pedagogia, letras, matemática, engenharias, arquitetura, ciências, entre outras.

Para conclusão dos estudos, os acadêmicos realizam estágio no Município através do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE).

Por ser um município essencialmente agrícola, depois de formados, nem todos conseguem exercer a sua profissão.

5. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

5.1 Perfil do Analfabetismo

O índice de analfabetismo no Município ainda é considerado alto em relação ao número de habitantes, segundo o censo de 2010. Mesmo com as políticas de erradicação do analfabetismo adotadas pela administração municipal, o índice de analfabetismo entre a população de 15 anos ou mais, permanece elevado, chegando a 7,26%. Acredita-se que esse fator tenha influência direta da região fronteiriça onde está localizado o Município.

5.2 Oferta

Atualmente a oferta da educação de jovens e adultos (EJA) no Município acontece por meio da EJA – Fase I (ensino fundamental de 1º ao 5º ano), cuja mantenedora é a Prefeitura, e a EJA – Fase II (ensino fundamental anos finais e ensino médio) que acontece no Colégio Estadual Carlos Zewe Coimbra, no período noturno.

Tabela 5.1. Oferta da EJA, 2015

Programas / Cursos	Local	Número de alunos atendidos	Turno
EJA Fase I	Escola Municipal Cecília Meireles	50	Noturno
EJA Fase II – Anos Finais	Colégio Estadual Carlos Zewe Coimbra	171	Noturno
EJA Fase II – Ensino Médio	Colégio Estadual Carlos Zewe Coimbra	151	Noturno
Paraná Alfabetizado	Colônia de Pescadores São Pedro	14	Noturno

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

Legenda: M – Matutino; V – Vespertino; N – Noturno.

Os incentivos dados pela municipalidade para os alunos dos programas de EJA são: alimentação escolar, transporte escolar, acesso a materiais didáticos e pedagógicos da escola onde funciona a turma de EJA e a participação no projeto “Informática Educativa”, para os alunos da EJA - Fase I.

Quanto à estrutura física das escolas onde há turmas da EJA, a avaliação realizada mostra que estão sendo cumpridas as normas exigidas pela legislação vigente. As salas são bem arejadas e iluminadas, oferecendo desta forma, um espaço adequado tanto para as turmas do período diurno quanto as do período noturno.

Essa modalidade de ensino possui uma proposta pedagógica específica para o perfil dos alunos que a frequentam.

Também acontece, em parceria com o governo estadual, a oferta do Programa Paraná Alfabetizado que tem como foco a alfabetização de jovens, adultos e

idosos paranaenses, garantindo o acesso à leitura e à escrita como direito à educação básica e como instrumentos de cidadania. No Município são duas turmas, com sete alunos cada uma, oriundos da colônia de pescadores São Pedro.

Os professores recebem bolsa do governo federal no valor de R\$ 400,00 e o coordenador uma bolsa de R\$ 210,00 do governo do estado.

A merenda escolar é enviada pelo Núcleo Regional de Educação (NRE), bem como os livros didáticos e as avaliações escritas.

Tabela 5.2. Evolução das matrículas da EJA, por programas ou cursos, 2011 – 2015

Programas / Cursos	2011		2012		2013		2014		2015	
	AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU
EJA Fase I	39	03	57	04	39	04	56	04	50	04
EJA Fase II - anos finais	362	08	311	08	561	08	332	08	171	08
EJA Fase II - Ensino Médio	625	12	564	12	722	12	721	12	151	12
Total Geral	1.026	23	932	24	1.322	24	1.109	24	372	24

Fonte: Escola Estadual e rede municipal, 2015.

A EJA é integrada aos projetos, programas e ações do órgão municipal de educação, sem distinção do ensino regular. Sempre que são programados eventos pelo Município, os alunos da EJA também são convidados a participar, como no desfile cívico e alegórico, que acontece em comemoração ao aniversário do Município, no Femesti (Festival de Música Estudantil de Santa Terezinha de Itaipu), nas pesquisas de campo da área ambiental, entre outros. Também existem as parcerias com a Secretaria Municipal de Saúde, que oferece palestras, e com a Secretaria de Assistência Social, que proporciona a regularização de documentos.

Outra forma de integração é a participação dos professores da EJA - Fase I, nos encontros pedagógicos e cursos ofertados pelo órgão municipal de educação, pois a política educacional do Município não exclui nenhum nível ou modalidade de ensino, a exemplo da educação especial, que está sendo contemplada nos programas da EJA, tanto no atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, quanto nos cursos de formação continuada oferecidos aos professores.

O acompanhamento da EJA – Fase I é realizado pela equipe pedagógica da própria escola onde funciona o Programa e pela diretora do departamento de ensino. A função de coordenador da EJA existe no organograma da Secretaria Municipal de Educação, mas por falta de professor, a função está em vacância.

A equipe busca utilizar 40 horas, sendo que 20 horas são para a busca pela demanda e 20 horas para o acompanhamento e assessoramento pedagógico. Esse trabalho é fundamental para a qualidade e eficácia da EJA pois, já mostrou melhoras na frequência e diminuição na evasão.

As parcerias entre as secretarias para o atendimento dos alunos da EJA são permanentes e eficazes pois existe um trabalho de rede visando o atendimento integral desses alunos.

Paralelo a prática docente, todos os alunos frequentam o laboratório de informática onde são atendidos por uma facilitadora capacitada.

6. EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

6.1 Perfil da Empregabilidade no Município

Em Santa Terezinha de Itaipu, os setores que mais empregam no Município são os da esfera pública, comercial, industrial e a construção civil. Contudo, os setores industrial e comercial são os que apresentam maior carência de mão de obra especializada.

A administração municipal não possui um setor próprio para a coleta dos dados de desemprego, no entanto, possui políticas de apoio e de integração aos desempregados, realizando os encaminhamentos por meio da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Ação Social para cursos de capacitação para geração de renda.

Também mantém um convênio com a Cooperativa Lar para transporte de funcionários até o frigorífico em Matelândia, que oferece vagas permanentes.

Tabela 6.1. Situação empregatícia do Município, 2014 – 2015

Ano	Desempregados	Oferta de emprego	Encaminhamentos para trabalho	Colocados no mercado de trabalho
2014/2015 (*)	1.891	778	2.047	288

Fonte: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, 2015.

(*) até março de 2015.

6.2 Formação e Qualificação Profissional

Várias organizações e entidades do Município, como a Associação Comercial e Empresarial de Santa Terezinha de Itaipu (ACISTI), o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo ofertam cursos voltados à qualificação profissional das pessoas que estão em busca da inserção no mercado de trabalho ou das que estão empregadas, mas que precisam qualificar-se ou requalificar-se.

Estes cursos são ofertados em parceria com outras entidades ou organizações, tais como: Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Transporte / Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SEST/SENAT), Sindicatos, entre outros.

Tabela 6.2. Cursos profissionalizantes ou de qualificação profissional ofertados no Município nos últimos dois anos, 2014 – 2015

Ano	Instituição Promotora	Curso	Parcerias	Público alvo
2014	ACISTI	Bom Negócio Paraná	Governo do Estado	Empresários
2014	ACISTI	Liderando Equipes de Trabalho	SEBRAE	Empresários
2014	ACISTI	Atendimento ao Cliente	SEBRAE	Funcionários
2014	ACISTI	Arte de Falar Bem	Consultoria	Empresários e Funcionários
2014	ACISTI	Atendente de Farmácia e Primeiros Socorros	Cetiway	Farmacêuticos e Atendentes
2014	Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo	Auxiliar de Panificação	SESC/SENAI	Munícipes
2014	Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo	Auxiliar Administrativo	SESC/SENAI	Munícipes
2014	Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo	Bom Negócio Paraná	Bom Negócio Paraná	Munícipes
2014	CRAS	Garçom	SENAC	Pessoas inscritas no cadastro único
2014	CRAS	Inglês para turismo	SEST/SENAT	Pessoas inscritas no cadastro único
2014	CRAS	Operador de supermercado	SENAC	Pessoas inscritas no cadastro único
2014	CRAS	Mecânico de motor a diesel	SEST/SENAT	Pessoas inscritas no cadastro único
2015	ACISTI	Gestão Financeira na Medida	SEBRAE	Empresários
2015	ACISTI	Sei Planejar	SEBRAE	Micro Empreendedor Individual
2015	ACISTI	Sei Vender	SEBRAE	Micro Empreendedor Individual

Fonte: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo; ACISTI; CRAS, 2015.

Diversos cursos são ofertados pelo (CRAS). Para participar destes cursos a pessoa deve estar cadastrada no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Além dos cursos regulares, o CRAS também oferta os cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

Para 2015, estão previstos os cursos de marceneiro, vitrinista, costureiro, serralheiro, torneiro mecânico, frentista, mecânico, borracheiro, pedreiro, aplicador de revestimento, alinhador e balanceador e auxiliar de manutenção predial.

7. EDUCAÇÃO ESPECIAL

7.1 Atendimento em Instituição Especializada

A instituição especializada para o atendimento à educação especial no Município é a Associação Pestalozzi, mantenedora da Escola Especializada de Educação Especial Pequeno Polegar, fundada em 28 de maio de 1991.

A administração municipal, por meio de convênio firmado com a Associação Pestalozzi, cede o prédio onde funciona a escola e repassa um valor *per capita* mensal por aluno de R\$ 75,21.

A Escola Especializada de Educação Especial Pequeno Polegar atende atualmente (2015), 75 alunos, distribuídos nos diversos programas que oferta, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 7.1. Total de alunos atendidos na instituição especializada, por tipo de programas e turnos, 2011 – 2015

Níveis / Modalidades	Turno	2011	2012	2013	2014	2015
Educação infantil (0 a 3 anos)	V	08	07	03	07	05
Educação infantil (4 a 6 anos)	M	04	06	04	04	02
Ensino Fundamental	M	04	08	16	03	04
	V	09	12	05	09	09
Educação Profissional	M	37	35	32	23	22
	V	34	32	25	32	33
Total		96	100	85	78	75

Fonte: Associação Pestalozzi, 2015.

Legenda: M – Matutino; V – Vespertino.

Tabela 7.2. Total de alunos atendidos na instituição especializada, 2015

Deficiências	Número de alunos		
	Educação infantil	Ensino fundamental	Educação Profissional
Deficiência física	02	-	06
Deficiência intelectual	05	13	49
Total	07	13	55

Fonte: Associação Pestalozzi, 2015.

A instituição enfrenta alguns problemas de infraestrutura do estabelecimento como, por exemplo: infiltração de água nas paredes das salas de aula, falta de banheiros suficientes para atender professores e funcionários e ainda a necessidade de uma calçada com acessibilidade na entrada da Escola.

A tabela a seguir mostra a infraestrutura da instituição especializada.

Tabela 7.3. Infraestrutura da instituição especializada, 2015

Itens	Situação				
	O	B	R	P	I
Energia elétrica	-	X	-	-	-
Água filtrada ou tratada	-	X	-	-	-
Esgoto	-	-	X	-	-
Sala de direção	-	X	-	-	-
Sala de supervisão e/ou coordenação pedagógica	-	X	-	-	-
Sala de orientação educacional	-	-	-	-	-
Secretaria	-	X	-	-	-
Sala de professores	X	-	-	-	-
Sala de reuniões	X	-	-	-	-
Biblioteca com acervo atualizado ou canto de leitura	-	-	-	-	X
Sala de recursos didáticos	-	-	-	-	-
Auditório	-	-	-	-	X
Sala de televisão, vídeo e/ou DVD	-	-	-	-	X
Almoxarifado (material escolar)	-	-	-	-	X
Refeitório	-	X	-	-	-
Depósito (material de limpeza)	-	-	X	-	-
Depósito de botijão de gás	X	-	-	-	-
Depósito de lixo	-	X	-	-	-
Cozinha	-	X	-	-	-
Despensa (alimentos)	X	-	-	-	-
Instalações sanitárias – alunos	-	X	-	-	-
Instalações sanitárias – administrativo	-	-	X	-	-
Instalações sanitárias – funcionários	-	-	X	-	-
Recreio coberto	-	X	-	-	-
Quadra de esportes coberta	X	-	-	-	-
Piscina	-	-	-	-	X
Espaço para oficinas	-	-	-	-	X
Laboratório de informática	-	-	-	-	X
Laboratório de ciências	-	-	-	-	X
Acesso à internet para alunos	-	-	X	-	-
Acesso à internet para professores e funcionários	-	-	X	-	-
Mobiliário adequado à faixa etária	-	-	X	-	-
Material pedagógico de apoio ao aluno	X	-	-	-	-
Material pedagógico de apoio ao professor	X	-	-	-	-
Adequação às características das pessoas com deficiências	-	X	-	-	-

Fonte: Associação Pestalozzi, 2015.

Legenda: O – Ótimo; B – Bom; R – Regular; P – Precária; I – Inexistente.

Todos os docentes e demais profissionais que trabalham na instituição de ensino têm a habilitação necessária para o exercício de sua função. Contudo, o número de docentes e funcionários não é adequado, sendo necessária a contratação de profissionais para suporte pedagógico.

Tabela 7.4. Recursos humanos da instituição especializada, 2015

Cargos / Funções	Formação (número de pessoas)					Total
	EFI	EF	EM	SUP	ESP	
Direção	-	-	-	-	01	01
Supervisão	-	-	-	-	01	01
Docência	-	-	-	-	11	11
Secretário Escolar	-	-	-	-	01	01
Merendeira	01	-	-	-	-	01
Auxiliar de Serviços Gerais	-	02	02	-	-	04
Zeladora	-	-	01	-	-	01
Total	01	02	03	-	14	20

Fonte: Associação Pestalozzi, 2015.

Legenda: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; SUP – Superior; ESP – Especialização.

Tabela 7.5. Atendimento de Técnicos, 2015

Tipos de Técnicos	Quantidade de profissionais
Psicólogo	01
Assistente Social	01
Terapeuta Ocupacional	01
Fisioterapeuta	01
Fonoaudióloga	01

Fonte: Associação Pestalozzi, 2015.

A instituição trabalha com projetos voltados aos trabalhos manuais, tais como: material reciclado, estoparia, cestaria, pinturas em pano de prato. Além destes, também são trabalhados projetos como: Projeto de Sexualidade, Projeto Cuidados da Vida Diária, Projeto Cidadania e Inclusão Social, Projeto Cantando e Alegrando e Projeto Alimentação.

O transporte escolar oferecido aos alunos que frequentam a instituição é realizado diariamente com micro-ônibus adaptado, no qual são transportados 69 alunos.

A instituição ainda dispõe de um veículo Fiesta, uma Kombi, e um Ducato para realizar transporte eventual de alunos para atendimento com a equipe técnica e aulas de equoterapia.

A instituição mantém convênio com a Prefeitura, com a Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR) e como Sistema Único de Saúde (SUS).

Uma das maiores conquistas já obtidas ao longo da caminhada da instituição foi a inclusão de grande parte dos alunos no ensino regular. Além disso, pode-se destacar a presença dos pais e da comunidade no espaço escolar, quebrando preconceitos e abrindo portas para que as pessoas conheçam melhor o trabalho realizado pela entidade.

7.2 Atendimento no Ensino Regular

As instituições de ensino, tanto da rede municipal, como estadual, oferecem o atendimento educacional especializado, como mostram os dados da tabela a seguir.

Tabela 7.6. Atendimento educacional especializado no ensino regular, 2015

Instituição de Ensino	Classe Especial		Sala de Recursos Multifuncionais	
	AL	TU	AL	TU
Escola Municipal Cecília Meireles	04	01	17	01
Escola Municipal Monteiro Lobato	09	01	42	02
Escola Municipal Nossa Senhora do Carmo	-	-	32	02
Escola Municipal Olímpio Spricigo	10	01	35	02
Colégio Estadual Dom Manoel Konner	-	-	39	02
Colégio Estadual Ângelo Antonio Benedet	-	-	17	03
Total	23	03	182	12

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Colégios Estaduais, 2015.

Legenda: AL – Alunos; TU – Turmas.

Tabela 7.7. Evolução das matrículas dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, inclusos em salas regulares, por etapa ou modalidade de ensino, 2012 – 2015

Etapas / Modalidades de Ensino	Quantidade de alunos por ano			
	2012	2013	2014	2015
Creche	-	01	01	-
Pré-escola	02	03	05	04
Ensino Fundamental (anos iniciais)	100	146	146	166
Ensino Fundamental (anos finais)	16	41	46	50
Ensino Médio	02	03	02	03
Total	120	194	200	223

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Escolas Estaduais, 2015.

Os alunos que encontram-se inclusos nas salas regulares possuem deficiência física, distúrbios de aprendizagem, baixa visão e déficit de atenção.

A tabela a seguir sintetiza algumas ações que as instituições de ensino do Município implantaram buscando efetivar a inclusão.

Tabela 7.8. Gestão do atendimento oferecido a educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, na rede regular de ensino, 2015

Atendimento	Total de instituições que atendem o item listado		
	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Privada
Oferta cursos sobre o atendimento básico a alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação para os professores em exercício.	05	-	01
Aplica anualmente testes de acuidade auditiva e visual em todos os alunos.	-	01	-
Possui livros didáticos e/ou de literatura falados, em Braille e em caracteres ampliados para todos os alunos cegos e para os de visão subnormal.	-	03	-
Possui aparelhos de amplificação sonora e outros equipamentos que facilitem a aprendizagem dos educandos surdos e aos de visão subnormal.	02	02	-
Oferta o ensino da Língua Brasileira de Sinais (para alunos, familiares, comunidade escolar).	-	-	-
Usa equipamentos de informática como apoio à aprendizagem do aluno com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.	05	03	-
Possui, no Projeto Pedagógico, a inclusão do atendimento educacional especializado, com definição de recursos disponíveis e oferecimento de formação em serviço aos professores em exercício.	05	03	-
Definiu as condições para a terminalidade aos educandos que não puderam atingir níveis superiores de ensino.	05	02	01
Possui acessibilidade nas edificações, com a eliminação de barreiras arquitetônicas nas instalações, no mobiliário e nos equipamentos, conforme normas técnicas vigentes.	04	03	01
Reduziu o número de alunos por turma, onde estão incluídos os alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.	05	01	-
Flexibilizou e realizou a adaptação curricular, em consonância com a proposta pedagógica.	05	03	-
No caso da existência de superdotados, a instituição de ensino desenvolve projetos de aceleração para estes alunos ou de enriquecimento curricular.	-	01	-
No caso da instituição ofertar classe especial ou sala de recursos multifuncionais: o atendimento é extensivo a alunos de outras instituições próximas, nas quais ainda não existe este atendimento.	05	-	-

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Colégios Estaduais, 2015.

8. FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

Os profissionais do magistério público municipal possuem Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal (PCCRM), instituído pela Lei Municipal nº 096, de 03 de junho de 2003.

De acordo com o PCCRM, o profissional ingressa na carreira por meio de concurso público de provas e títulos, tendo como formação mínima a obtida em nível médio, na modalidade normal, ou seja, o magistério.

A jornada de trabalho é de 20 horas semanais. Na jornada de trabalho do professor em função de docência é assegurado um percentual de 20% do total da sua jornada para a hora atividade, destinada à preparação e avaliação do trabalho didático, à colaboração com a administração da escola, às reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional, de acordo com a proposta pedagógica da escola.

O PCCRM prevê seis níveis de titulação e quinze classes salariais (Tabela 8.1). O profissional avança na carreira, após cumprido o estágio probatório de três anos, de dois em dois anos, por intermédio da avaliação de desempenho, qualificação e tempo de serviço.

Tabela 8.1. Tabela salarial do magistério público municipal, 2015

CLASSE	PROF N-I	PROF N-II	PROF N-III	PROF N-IV	PROF N-V	PROF N-VI	AVANÇO
A	803,85	884,24	972,68	1.069,90	1.176,89	1.294,60	Probatório
B	844,04	928,42	1.021,29	1.123,41	1.235,77	1.359,32	1º
C	886,20	974,86	1.072,35	1.179,56	1.297,57	1.427,31	2º
D	930,55	1.023,60	1.125,98	1.238,58	1.362,43	1.498,67	3º
E	977,07	1.074,78	1.182,26	1.300,49	1.430,54	1.573,57	4º
F	1.025,92	1.128,51	1.241,37	1.365,53	1.502,07	1.652,28	5º
G	1.077,26	1.184,95	1.303,46	1.433,79	1.577,14	1.734,92	6º
H	1.131,08	1.244,22	1.368,62	1.505,50	1.656,03	1.821,64	7º
I	1.221,57	1.343,74	1.478,08	1.625,89	1.788,53	1.967,34	8º
J	1.319,29	1.451,23	1.596,35	1.756,01	1.931,59	2.124,73	9º
K	1.424,85	1.567,31	1.724,07	1.896,48	2.086,15	2.294,74	10º
L	1.538,85	1.692,72	1.862,00	2.048,18	2.253,00	2.478,32	11º
M	1.661,95	1.828,12	2.010,96	2.212,05	2.433,23	2.676,57	12º
N	1.794,88	1.974,38	2.171,85	2.389,00	2.627,93	2.890,73	13º
O	1.938,47	2.132,34	2.345,59	2.580,14	2.838,15	3.121,98	14º
P	2.093,53	2.302,92	2.533,23	2.786,57	3.065,21	3.371,72	15º

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, março de 2015.

Além do vencimento básico, são concedidas ao professor, gratificações e adicional por tempo de serviço. As gratificações são pelo exercício das funções de supervisão de ensino, orientação educacional, psicopedagogo, vice-direção, regência de classe especial e sala de recursos.

Tabela 8.2. Funções gratificadas

Função	Professor N-II		Professor N-IV	
	20 horas	40 horas	20 horas	40 horas
Supervisor de ensino	-	-	320,86	641,72
Orientador educacional	-	-	320,86	641,72
Psicopedagogo	-	-	320,86	641,72
Educação especial	265,13	530,26	-	-
Coordenador Merenda Escolar	265,13	530,26	-	-

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, março de 2015.

As funções relativas à direção de unidades escolares possuem gratificações diferenciadas de acordo com o porte da escola e são desempenhadas exclusivamente por servidor de carreira, ocupante de cargo de professor, com formação em magistério e com curso superior em nível de graduação em pedagogia, reconhecido oficialmente como licenciatura plena, e/ou curso de pós-graduação específica. Já o suporte pedagógico exige habilitação em pedagogia ou curso de pós-graduação em gestão escolar e são eleitos pelos professores de cada unidade. As escolas com mais de 401 alunos têm direito ao vice-diretor, escolhido pelo diretor, e os diretores dos Centros Municipais de Educação Infantil, são indicadas pelo Poder Executivo.

Tabela 8.3. Gratificações de direção de escola de acordo com o porte da instituição

Direção		Vice-direção	
40 horas		20 horas	40 horas
FGM-1	427,90	--	--
FGM-2	706,03	--	--
FGM-3	748,84	320,86	641,72
FGM-4	855,84	320,86	641,72
FGM-5	1.069,84	320,86	641,72

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, março de 2015.

As substituições são realizadas através de horas extraordinárias e concedidas ao professor detentor de um único padrão.

As licenças concedidas aos professores estão estabelecidas na Lei Complementar nº 130/2008, que dispõe sobre o regime jurídico único, na qual são previstas licenças: para trato de assuntos particulares, pelo prazo de até dois anos consecutivos, sem remuneração; licença prêmio ou especial por assiduidade; por motivo de doença em pessoa da família; para atividade política; para tratar de interesses particulares e para desempenho de mandato classista.

Os demais profissionais que trabalham na rede municipal de ensino nos serviços técnicos administrativos ou de apoio escolar (monitor, merendeira, zeladora, serviços gerais, motorista, guarda noturno) têm sua carreira regida pelo Estatuto dos Servidores Municipais.

O último concurso público realizado no Município para ingresso na rede municipal de ensino foi em 2013, e atualmente o quadro geral dos recursos humanos que integram a rede municipal de ensino está assim disposto:

- Professor Nível I – 3;
- Professor Nível IV – 25;
- Professor Nível V – 206;
- Professor Nível VI – 1;
- Educadores Infantis – 60;
- Auxiliar de serviços gerais – 65;
- Secretário de escola – 6;
- Chefe de seção – 1;
- Escriurário – 4;
- Monitores – 4;
- Nutricionista – 1;
- Chefe de Divisão – 1;
- Psicóloga – 1;
- Diretora de Departamento – 1;
- Secretária de Educação – 1.

A formação deste contingente de recursos humanos encontra-se sintetizada nas tabelas a seguir, mostrando a última formação do profissional.

Tabela 8.4. Profissionais do magistério da rede municipal de ensino, 2015

Cargos / Funções	Formação (em número de pessoas)				Total
	MG	LIC	ESP	MES	
Direção	-	-	11	-	11
Supervisão	-	-	14	-	14
Docência (concurso)	03	25	181	01	210
Educadores Infantis	07	18	35	-	60
Total	10	43	241	01	295

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, março de 2015.

Legenda: MG – Magistério; LIC – Licenciatura; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

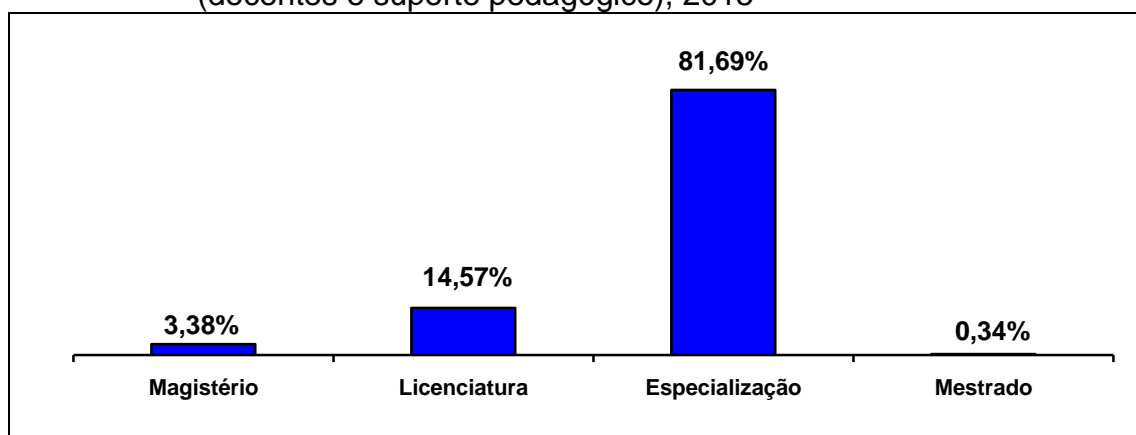
Tabela 8.5. Profissionais de apoio à educação da rede municipal de ensino, 2015

Cargos / Funções	Formação (em número de pessoas)						Total
	EFI	EF	EM	MG	SUP	ESP	
Secretário escolar	-	-	02	01	02	01	06
Auxiliar de serviços gerais	15	15	29	04	02	-	65
Psicóloga	-	-	-	-	-	01	01
Chefe de Seção (biblioteca)	-	-	01	-	-	-	01
Escriurários	-	-	04	-	-	-	04
Diretora do Departamento	-	-	-	-	-	01	01
Secretária de Educação	-	-	-	-	-	01	01
Monitores	-	-	-	-	-	04	04
Nutricionista	-	-	-	-	-	01	01
Chefe de Divisão (EJA)	-	-	-	-	-	01	01
Total	15	15	36	05	04	10	85

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, março de 2015.

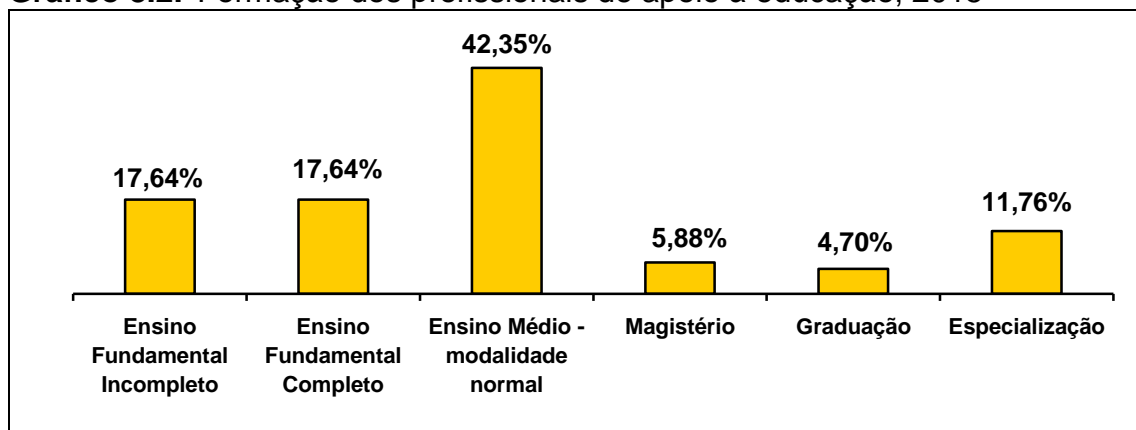
Legenda: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; SUP – Superior; ESP – Especialização.

Gráfico 8.1. Formação dos profissionais do magistério público municipal (docentes e suporte pedagógico), 2015



Fonte: Secretaria Municipal de Educação, março de 2015.

Gráfico 8.2. Formação dos profissionais de apoio à educação, 2015



Fonte: Secretaria Municipal de Educação, março de 2015.

As capacitações para os profissionais do magistério são bimestrais e para os demais profissionais da educação, são formações específicas conforme a necessidade.

9. FINANCIAMENTO E GESTÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

9.1 Financiamento da Educação Pública Municipal

A Constituição brasileira determina que o Município aplique, anualmente, nunca menos de 25% da receita de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE). Trata-se da chamada vinculação de recursos. Em Santa Terezinha de Itaipu, esta aplicação tem ultrapassado os preceitos legais como mostram os dados a seguir.

Tabela 9.1. Aplicação das receitas de impostos e transferências vinculadas à educação municipal, 2013 – 2015

Indicadores Legais	2013	2014	2015 (previsão)
Percentual de aplicação das receitas de impostos e transferências vinculadas à educação em MDE	32,33%	30,41%	25%
Percentual de aplicação do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) na remuneração dos profissionais do magistério	90,33%	87,01	90,76%
Percentual de aplicação do FUNDEB em despesas com MDE, que não remuneração do magistério.	4,34	10,06	7,10%
Percentual das receitas do FUNDEB não aplicadas no exercício	5,33%	2,93	0 %

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda, março de 2015.

Tabela 9.2. Recursos aplicados em educação, 2013 – 2015 (em R\$ 1,00)

Ano	Educação infantil	Ensino fundamental	Educação especial	EJA	Outros	Total
2013	4.222.179,89	7.830.542,79	81.148,28	114.322,24	1.420.624,40	13.668.817,60
2014	4.231.422,86	11.567.002,50	99.987,51	94.937,62	1.843.894,77	17.837.245,26
2015 (*)	4.633.239,00	7.565.374,00	105.373,00	119.051,00	1.992.073,00	14.415.110,00

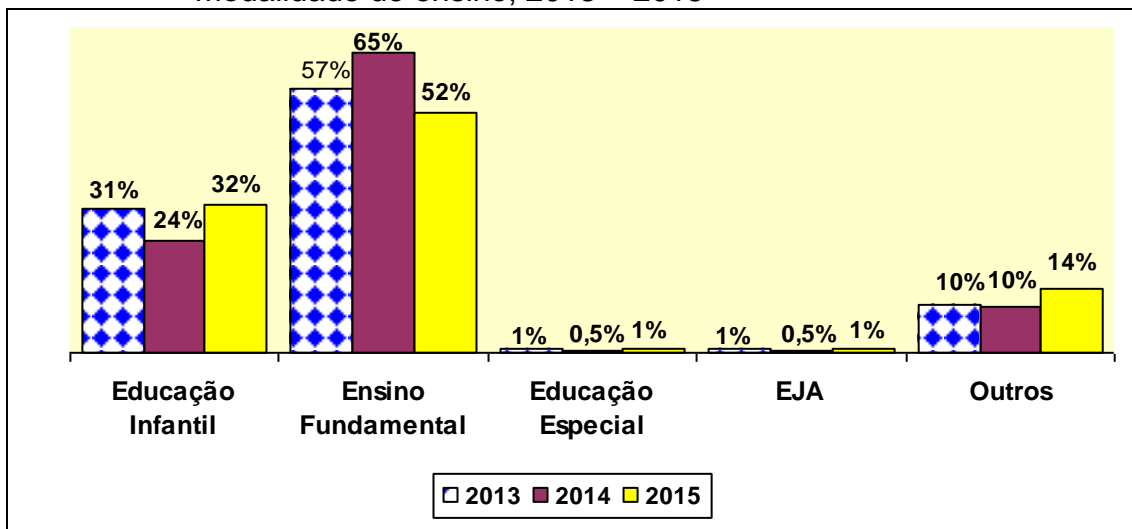
Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda, março de 2015.

(*) Previsão.

Percebe-se que não basta um aumento de arrecadação para se fazer face às despesas obrigatórias com a educação pública. Houve, objetivamente, um aumento de percentuais da receita pública aplicados em educação. Entre outras, pode-se elencar duas razões: aumento da demanda por escolarização (maior população urbana) e aumento das exigências de qualidade do processo educativo escolar.

Essas razões tendem a se acentuar nos próximos anos. Mesmo com a queda da taxa de natalidade, são crescentes as demandas quantitativas, inclusive na educação infantil.

Gráfico 9.1. Percentual de recursos aplicados em educação, por etapa ou modalidade de ensino, 2013 – 2015



Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda, março de 2015.

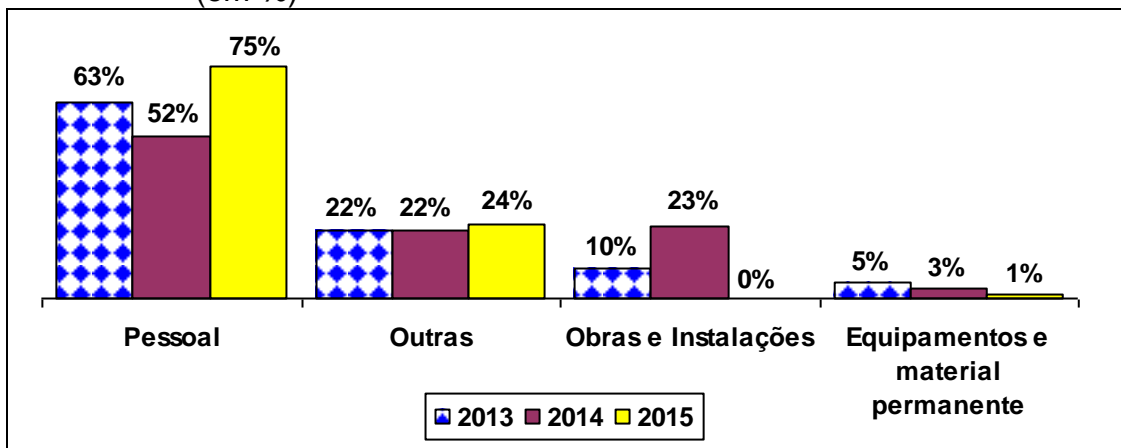
Nota: Os dados de 2015 são previsões.

Tabela 9.3. Despesas com educação por categoria econômica e elemento de despesa, 2013 – 2015 (em R\$ 1,00)

Ano	Despesas Correntes		Despesas de Capital		Total geral
	Pessoal	Outras	Obras e instalações	Equipamentos e material permanente	
2013	8.621.047,27	11.517.421,27	1.407.998,60	743.397,73	13.668.817,60
2014	9.302.335,61	3.994.775,50	4.094.337,83	445.796,32	17.837.245,26
2015 (*)	10.876.519,00	3.425.901,00	0,00	112.600,00	14.415.110,00

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda, março de 2015. (*) Previsão.

Gráfico 9.2. Despesas com educação por elemento de despesa, 2013 – 2015 (em %)

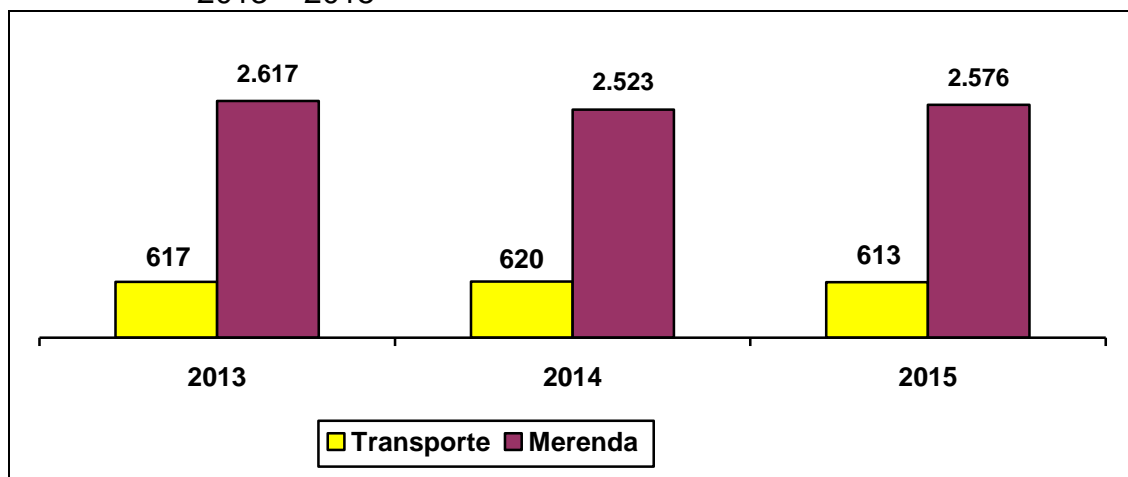


Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda, março de 2015.

Nota: Os dados de 2015 são previsões.

Do total de gastos previstos em 2015, R\$ 14.415.110,00, R\$ 5.580.078,00 são de recursos próprios, R\$ 7.024,560,00 são recursos do FUNDEB e R\$ 1.810.472,00 são recursos de outras fontes (Salário Educação, Royalties Itaipu, Convênios, entre outros).

Gráfico 9.3. Total de alunos atendidos com transporte e merenda escolar, 2013 – 2015



Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda/ Secretaria de Administração / Secretaria Municipal de Educação, março de 2015.

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) executa atualmente dois programas voltados ao transporte de estudantes: o Caminho da Escola e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), que visam atender alunos moradores da zona rural.

O Caminho da Escola foi criado pela Resolução nº 3, de 28 de março de 2007, e consiste na concessão, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de linha de crédito especial para a aquisição, pelos estados e municípios, de ônibus, miniônibus e micro-ônibus zero quilômetro e de embarcações novas.

O PNATE foi instituído pela Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, com o objetivo de garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do ensino fundamental público residentes em área rural que utilizem transporte escolar, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios.

Em Santa Terezinha de Itaipu o transporte é oferecido a todos os alunos da área rural que dele necessitarem, sendo toda a frota locada.

Em 2013, haviam dez ônibus locados que percorreram 1.653 quilômetros, em 2014, com 12 ônibus locados o percurso também foi de 1.653 quilômetros e em 2015, com dez ônibus locados, o Município tem uma estimativa de fazer 1.758 quilômetros.

Dos dez veículos utilizados para o transporte escolar, apenas um possui adaptação para os alunos com necessidades educativas especiais.

O critério para a utilização do transporte escolar é a localidade do aluno: este deve morar na zona rural ou morar em bairro que não tenha instituição de ensino que oferte o nível de ensino ou curso do aluno.

Tabela 9.4. Valores da composição dos recursos anuais com transporte escolar, 2013 – 2015

Ano	Próprios	Estaduais	MDE	Federal	Total
2013	1.072.833,73	149.629,83	576.673,90	46.527,50	1.845.664,96
2014	1.169.522,77	170.043,00	542.577,52	54.879,75	1.937.023,04
2015 (*)	1.127.850,00	169.614,00	665.040,00	57.645,00	2.020.149,00

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda, março de 2015.

(*) Previsão.

Tabela 9.5. Gastos com merenda escolar, 2013 – 2015

Ano	Valor total	Repasse federal	Valor investido pela Prefeitura	% Investido pela Prefeitura
2013	519.373,83	206.056,92	313.316,91	60,33%
2014	792.250,33	227.604,09	564.645,84	71,27%
2015 (*)	828.092,00	225.853,00	602.239,00	72,73%

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda, março de 2015.

(*) Previsão.

O cardápio da merenda escolar é elaborado pela equipe do setor de alimentação, supervisionado e orientado por uma nutricionista. O cardápio é diferenciado para alunos com intolerâncias ou alergias. Nos CMEIs, ele é elaborado semanalmente e nas escolas mensalmente, tendo uma composição fixa (prato principal e guarnição), alterando o complemento com frutas e verduras de acordo com a época. A merenda é preparada em cada instituição de ensino, onde também é armazenado os produtos. Os produtos não perecíveis são entregues mensalmente e os perecíveis, que necessitam de refrigeração, semanalmente.

As merendeiras recebem capacitação, sendo feita conforme a necessidade e ao menos uma vez ao ano. O Município não desenvolve projetos de horta nas escolas, pois existe uma horta municipal e programas que atendem a demanda como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Quanto aos programas suplementares, Santa Terezinha de Itaipu é atendida pelo:

- Programa Dinheiro Direto na Escola: todas as escolas e CMEIs são atendidas num total de 2.466 alunos;
- Biblioteca da Escola: todas as escolas, num total de 2.107 alunos;

- Livro Didático: todas as escolas, num total de 2.107 alunos;
- Saúde do Escolar: todas as escolas e CMEIs, num total de 2.466 alunos;
- Garantia de Renda Mínima: Bolsa Família, num total de 368 alunos da rede municipal de ensino;
- Brasil Carinhoso - o Programa consiste na transferência automática de recursos financeiros, sem necessidade de convênio ou outro instrumento, para custear despesas com manutenção e desenvolvimento da educação infantil;
- Programa Nacional de Alimentação Escola (PNAE) – atendimento aos alunos de toda a educação básica por meio da transferência de recursos financeiros.

9.2 Gestão da Educação Pública Municipal

9.2.1 Órgão municipal de educação

A Secretaria Municipal de Educação situa-se em edifício próprio com espaço adequado, equipamentos e recursos tecnológicos suficientes e adequados.

No prédio da Secretaria existe um acervo bibliográfico para uso dos 13 profissionais da educação, tornando a estrutura adequada para a demanda atendida.

Para os próximos anos a previsão é a contratação de mais um profissional nas áreas de psicopedagogia e psicologia.

A Secretaria trabalha com um orçamento estimado em torno de R\$ 14.415.110,00, do qual 75% será gasto com pessoal.

Tabela 9.6. Comparativo entre o orçamento do órgão municipal de educação e o percentual de despesas, 2013 – 2015

Orçamento / Despesas	Valor/ Percentual		
	2013	2014	2015 (estimativa)
Orçamento (em valor)	14.307.888,56	18.310.880,99	14.415.110,00
Despesas com pessoal (em %)	60,25%	50,80%	75,45%
Despesas com alimentação (em %)	1,84%	2,77%	5,85%
Despesas com manutenção (em %)	12,87%	11,64%	10,92%
Despesas com obras (em %)	9,84%	22,36%	0
Despesas com equipamentos (%)	5,20%	2,43%	0,78%
Despesas com reformas (%)	10,00%	10,00%	7,00%

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda, março de 2015.

A Secretaria é responsável por uma rede composta por seis CMEIs e cinco escolas municipais, atendendo um total de 2.480 alunos, 896 da educação infantil e 1.584 dos anos iniciais do ensino fundamental.

Dos seis CMEIs somente o Áureo Eying não atende em tempo integral.

Tabela 9.7. Organização da rede municipal de ensino, 2015

Etapa da educação básica	Número de alunos	Número de turmas	Número de docentes	Quantidade de salas de aula	Alunos por turmas	Jornada do aluno (h/dia)	Jornada semanal do professor
Creche	346	27	56	30	10 a 15	11	30
Pré-escola	550	23	45	15	20	04	20
Ensino Fundamental anos iniciais	1.584	70	184	54	25 a 30	04	20

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, março de 2015.

Tabela 9.8. Tempo integral, 2015

Número de escolas funcionando em tempo integral	Ano de implantação	Jornada Escolar Diária
CMEI CAIC	2002	11
CMEI Parque dos Estados	1996	11
CMEI Edite Maria Both	2011	11
CMEI Santa Mônica	1992	11
CMEI Vovó Detinha	1998	11

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, março de 2015.

Os diretores das escolas municipais são eleitos através do voto direto pela comunidade escolar e profissionais da unidade.

O atendimento das necessidades das instituições é de responsabilidade da mantenedora, que administra os recursos.

Na área da inclusão digital, a rede municipal de ensino conta com laboratórios de informática em seis estabelecimentos escolares, todos com acesso à internet.

Tabela 9.9. Laboratórios de informática, 2015

(continua)

Instituição de Ensino	Número de computadores	Número de alunos atendidos	Nível ou modalidade de ensino dos alunos atendidos
Escola Municipal Alexandre Zilli Netto	20	307	Educação infantil e ensino fundamental
Escola Municipal Cecília Meireles	20	531	Educação infantil e ensino fundamental
Escola Municipal Monteiro Lobato	20	422	Educação infantil e ensino fundamental

Tabela 9.9. Laboratórios de informática, 2015

(encerra)

Instituição de Ensino	Número de computadores	Número de alunos atendidos	Nível ou modalidade de ensino dos alunos atendidos
Escola Municipal Nossa Senhora do Carmo	20	534	Educação infantil e ensino fundamental
Escola Municipal Olímpio Spricigo	20	313	Ensino fundamental
CMEI Áureo Eyng	13	125	Educação infantil

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, março de 2015.

As aulas de informática são complementações dos conteúdos desenvolvidos em sala de aula e são trabalhadas semanalmente por profissionais da rede, que possuem capacitação na área de informática.

Os professores regentes acompanham suas turmas nos laboratórios, onde participam e auxiliam os alunos juntamente com o professor facilitador de informática.

O projeto político pedagógico contempla a inclusão digital com aulas de informática, pois é um instrumento a mais na aprendizagem do educando, também para que ele desenvolva, desde a infância, as habilidades na área de informática.

As salas de recurso multifuncional tipo I e classe especial também possuem computadores, sendo as atividades trabalhadas pela professora da turma.

Para a educação de jovens e adultos também são oferecidas aula de informática.

Os laboratórios de informática não são disponibilizados para a comunidade ou instituições, pois existem outros atendimentos a essas demandas. A rede municipal de ensino possui o Núcleo Tecnológico Municipal com vinte e um computadores instalados em um espaço da biblioteca municipal, onde toda comunidade tem acesso à internet.

No ano de 2014, foi oferecido curso de capacitação para trinta professores da rede municipal no período noturno, com duração de quatro meses em parceria com o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo).

A rede municipal de ensino de Santa Terezinha de Itaipu, além das Associações de Pais, Mestres e Funcionários (APMFs), conta com os seguintes conselhos:

Tabela 9.10. Órgãos colegiados, 2015

Denominação	Legislação	Data de criação
Conselho Municipal de Educação	Lei 1136/2008	15/07/2008
Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB	Lei 1037/2007	27/03/2007
Conselho Municipal de Alimentação Escolar	Lei 622/2000	27/12/2000

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, março de 2015.

As escolas municipais ainda não possuem conselhos escolares instituídos.

Os projetos que foram implantados e estão em desenvolvimento na Secretaria Municipal de Educação são os seguintes:

- Projeto cidadania – desenvolvido nas escolas com temas sociais como bullying, consciência negra e meio ambiente;
- Festa Junina – resgate cultural com danças, teatros, alimentação;
- Projetos de leitura – desenvolvido a critério de cada unidade, com empréstimo de livros, intercâmbio;
- Projetos ambientais – Linha Ecológica, Agrinho, Escola Parque, Cultivando Água Boa, Formação de Educadores Ambientais (FEA) e Associação dos Comerciantes de Agroquímicos da Costa Oeste (ACCO);
- Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd);
- Educação Financeira – em parceria com a Itaipu Binacional;
- Inglês – nos quintos anos e em parceria com a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação é a conjugação dos esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em regime de colaboração, das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica. Os sistemas municipais e estaduais que aderiram ao Compromisso, seguirão 28 Diretrizes pautadas em resultados de avaliação de qualidade e de rendimento dos estudantes.

A tabela a seguir mostra o andamento das 28 Diretrizes no município de Santa Terezinha de Itaipu.

Tabela9.11. Avaliação do “Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação” da Rede Municipal de Ensino

(continua)

Diretriz	Realizou	
	Sim	Não
1. Estabelecer como foco a aprendizagem, apontando resultados concretos a atingir.	X	-
2. Alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, aferindo os resultados por exame periódico específico.	X	-

Tabela 9.11. Avaliação do “Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação” da Rede Municipal de Ensino

(continua)

Diretriz	Realizou	
	Sim	Não
3. Acompanhar cada aluno da rede individualmente, mediante registro da sua frequência e do seu desempenho em avaliações, que devem ser realizadas periodicamente.	X	-
4. Combater a repetência, dadas as especificidades de cada rede, pela adoção de práticas como aulas de reforço no contraturno, estudos de recuperação e progressão parcial.	X	-
5. Combater a evasão pelo acompanhamento individual das razões da não-frequência do educando e sua superação.	X	-
6. Matricular o aluno na escola mais próxima da sua residência.	X	-
7. Ampliar as possibilidades de permanência do educando sob responsabilidade da escola para além da jornada regular.	X	-
8. Valorizar a formação ética, artística e a educação física.	X	-
9. Garantir o acesso e permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais nas classes comuns do ensino regular, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas.	X	-
10. Promover a educação infantil.	X	-
11. Manter programa de alfabetização de jovens e adultos.	X	-
12. Instituir programa próprio ou em regime de colaboração para formação inicial e continuada de profissionais da educação.	X	-
13. Implantar plano de carreira, cargos e salários para os profissionais da educação, privilegiando o mérito, a formação e a avaliação do desempenho.	X	-
14. Valorizar o mérito do trabalhador da educação, representado pelo desempenho eficiente no trabalho, dedicação, assiduidade, pontualidade, responsabilidade, realização de projetos e trabalhos especializados, cursos de atualização e desenvolvimento profissional.	X	-
15. Dar consequência ao período probatório, tornando o professor efetivo estável após avaliação, de preferência externa ao sistema educacional local.	X	-
16. Envolver todos os professores na discussão e elaboração do projeto político pedagógico, respeitadas as especificidades de cada escola.	X	-
17. Incorporar ao núcleo gestor da escola, coordenadores pedagógicos que acompanhem as dificuldades enfrentadas pelo professor.	X	-
18. Fixar regras claras, considerados mérito e desempenho, para nomeação e exoneração de diretor de escola.	X	-
19. Divulgar na escola e na comunidade os dados relativos à área da educação, com ênfase no IDEB.	X	-
20. Acompanhar e avaliar, com participação da comunidade e do Conselho de Educação, as políticas públicas na área de educação e garantir condições, sobretudo institucionais, de continuidade das ações efetivas, preservando a memória daquelas realizadas.	X	-

Tabela 9.11. Avaliação do “Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação” da Rede Municipal de Ensino

(encerra)

Diretriz	Realizou	
	Sim	Não
21. Zelar pela transparência da gestão pública na área da educação, garantindo o funcionamento efetivo, autônomo e articulado dos conselhos de controle social.	X	-
22. Promover a gestão participativa na rede de ensino.	X	-
23. Elaborar plano de educação e instalar Conselho de Educação, quando inexistentes.	X	-
24. Integrar os programas da área da educação com os de outras áreas como saúde, esporte, assistência social, cultura, dentre outras, com vista ao fortalecimento da identidade do educando com sua escola.	X	-
25. Fomentar e apoiar os conselhos escolares, envolvendo as famílias dos educandos, com as atribuições, dentre outras, de zelar pela manutenção da escola e pelo monitoramento das ações e consecução das metas do compromisso.	X	-
26. Transformar a escola num espaço comunitário e manter ou recuperar aqueles espaços e equipamentos públicos da cidade que possam ser utilizados pela comunidade escolar.	X	-
27. Firmar parcerias externas à comunidade escolar, visando a melhoria da infraestrutura da escola ou a promoção de projetos socioculturais e ações educativas.	X	-
28. Organizar um comitê local do Compromisso, com representantes das associações de empresários, trabalhadores, sociedade civil, Ministério Público, Conselho Tutelar e dirigentes do sistema educacional público, encarregado da mobilização da sociedade e do acompanhamento das metas de evolução do IDEB.	X	-

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, março de 2015.

Conquistas e avanços:

- Corte etário para determinar o ingresso no ensino fundamental no ano em que o aluno completar 6 anos;
- Oferta de 100% de vagas na educação infantil – Pré II e Pré III;
- Ampliação da oferta de vagas na Educação Infantil (creches);
- A maioria do corpo docente da rede municipal tem a formação em nível de pós-graduação (*lato sensu*);
- Oferta bimestral de formação continuada com temas específicos;
- Oferta de palestras com especialistas de educação;
- Formação continuada por meio de grupos de estudo desenvolvidos nas escolas;
- Aquisição de recursos didáticos e pedagógicos para as escolas e CMEIs;
- Climatização em todas as unidades educacionais da rede municipal;
- Construção do novo prédio do Centro Municipal de Educação Infantil Santa Mônica;
- A obra em execução do prédio da escola Monteiro Lobato;
- Construção da quadra de esporte da Escola Alexandre Zilli Netto;

- Ampliação do Centro Municipal de Educação Infantil Vovó Detinha, em execução;
- Ampliação de vagas nos CMEIs;
- Redução de faixa etária nos CMEIs de um ano e oito meses para um ano e cinco meses;
- Liberação dos docentes nos horários e dias necessários para cursar mestrado;
- Merenda escolar de qualidade, direta dos produtores locais;
- Contratação de psicóloga e psicopedagoga para atender os alunos com déficit de aprendizagem;
- Agendamento de consultas para os profissionais de educação nos postos de saúde.

Principais problemas:

- Índice elevado de afastamentos para tratamento de saúde, comprometendo e sobrecarregando o quadro de funcionários dos estabelecimentos de ensino;
- A não adequação ao piso salarial da categoria;
- O não cumprimento da hora atividade para 33%;
- Falta de plano de carreira para as educadoras infantis.

IV - METAS E ESTRATÉGIAS

As metas apresentadas a seguir são propostas do Plano Nacional de Educação, porém as estratégias são baseadas no diagnóstico da realidade do município de Santa Terezinha de Itaipu.

META 1 - Educação Infantil

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

ESTRATÉGIAS:

- 1.1)** Viabilizar a reorganização funcional dos CMEIs existentes, a fim de possibilitar o atendimento de crianças de berçário, assegurando, gradativamente, o atendimento à demanda existente no Município nesta faixa etária.
- 1.2)** Garantir a instalação e/ou ampliação gradativa, de acordo com a necessidade e realidade de cada instituição de ensino da rede municipal, do espaço físico e manutenção nos brinquedos dos parques infantis, visando proporcionar às crianças da educação infantil, o desenvolvimento integral por meio da ludicidade.
- 1.3)** Manter o número adequado de alunos nas turmas de educação infantil, conforme determina a legislação educacional vigente para esta etapa de ensino. ***
- 1.4)** Prever e prover, atendimento às crianças com necessidades especiais nas instituições de educação infantil, com profissionais especializados e infraestrutura adequada em seus diferentes aspectos. ***
- 1.5)** Assegurar que as instituições de educação infantil contemplem na proposta pedagógica a inclusão dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, com currículo diferenciado para o atendimento destes alunos e a promoção da educação infantil, tendo como foco principal o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social. ***
- 1.6)** Assegurar que as instituições de educação infantil reformulem os seus Projetos Políticos Pedagógicos, contando com a participação efetiva dos profissionais da educação e da comunidade escolar. ***

- 1.7)** Assegurar que a avaliação das crianças das instituições de educação infantil seja realizada através de registros descritivos, elaborados durante o processo educativo, com pareceres dos diferentes aspectos do desenvolvimento infantil, sem caráter classificatório. ***
- 1.8)** Prever projetos e/ou programas que promovam o envolvimento das famílias nas atividades desenvolvidas pelas instituições de educação infantil, de forma a fortalecer o relacionamento entre as famílias e as instituições e, conseqüentemente, promover o desenvolvimento integral das crianças. ***
- 1.9)** Incentivar a participação efetiva das APMFs, Conselho Municipal de Educação e comunidade escolar, nas instituições de ensino do Município.
- 1.10)** Assegurar as parcerias com as Secretarias de Saúde e de Ação Social com a finalidade de oferecer aos alunos da educação infantil, conforme a necessidade, atendimento com fonoaudiólogo, psicólogo, assistente social, nutricionista, dentista, pediatra e psicopedagogo.
- 1.11)** Assegurar, para as instituições da rede municipal que atendem a educação infantil, o fornecimento de materiais pedagógicos adequados às faixas etárias e às necessidades do trabalho educacional desenvolvido nesta etapa de ensino.
- 1.12)** Assegurar que os profissionais da educação infantil da rede municipal de ensino somente sejam admitidos por meio de concurso público e que possuam a titulação em nível médio, na modalidade normal, dando-se preferência aos que possuem graduação específica em nível superior.
- 1.13)** Garantir, para as instituições que atendem a educação infantil, a oferta de programas de capacitação continuada voltados às peculiaridades da educação infantil, de forma a atender as necessidades reais dos profissionais nelas envolvidos. ***
- 1.14)** Viabilizar programa de capacitação continuada para os demais trabalhadores que atuam nas instituições de educação infantil, proporcionando com esta medida, o seu aperfeiçoamento de acordo com a função que exercem. ***
- 1.15)** Garantir, para as crianças atendidas na educação infantil da rede municipal de ensino, uma alimentação escolar saudável e adequada a cada faixa etária, levando em consideração as possíveis necessidades individuais apresentadas e diagnosticadas por uma nutricionista. *
- 1.16)** Assegurar transporte escolar para os alunos que frequentam as instituições municipais de educação infantil e que moram nas zonas rurais e/ou localidades distantes das escolas e CMEIs, conforme critérios definidos pela Secretaria Municipal de Educação. *

- 1.17)** Implantar gradativamente, avaliação institucional, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes. *
- 1.18)** Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica.
- 1.19)** Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas da educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até três anos de idade.
- 1.20)** Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância. *
- 1.21)** Realizar, periodicamente, em parceria com as áreas da assistência social e saúde, levantamento da demanda por creche para a população de até três anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta.
- 1.22)** Buscar a adesão aos programas nacionais de construção e reestruturação de escolas e CMEIs, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil. */***
- 1.23)** Garantir o atendimento da criança de zero a cinco anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade e que preservem as especificidades desta etapa de ensino. */***
- 1.24)** Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até três anos.
- 1.25)** Assegurar na rede municipal de ensino o acesso à educação infantil em tempo integral, para as crianças de zero a três anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

- 1.26) Viabilizar acessos cobertos nas instituições educacionais da rede municipal de ensino.
- 1.27) Viabilizar, gradativamente, banheiros em todas as salas de aula dos CMEIs.

META 2 – Ensino Fundamental

Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

ESTRATÉGIAS:

- 2.1) Apoiar e colaborar com a construção da proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os alunos do ensino fundamental, que o MEC irá elaborar e encaminhar ao Conselho Nacional de Educação. *
- 2.2) Colaborar com a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental. *
- 2.3) Assegurar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos alunos do ensino fundamental. ***
- 2.4) Assegurar o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos alunos, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude. ***/***
- 2.5) Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.
- 2.6) Desenvolver estratégias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial. ***
- 2.7) Disciplinar a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região. ***

- 2.8)** Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos alunos dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural. ***
- 2.9)** Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre a escola e as famílias. ***
- 2.10)** Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos municipais.
- 2.11)** Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo municipal.

META 3 – Ensino Médio

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

ESTRATÉGIAS:

- 3.1)** Fomentar, junto ao Estado, a expansão das matrículas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades da população do Município. **
- 3.2)** Assegurar o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude. */**
- 3.3)** Promover, em parceria com o Estado, a busca ativa da população de quinze a dezessete anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude. **
- 3.4)** Fomentar, junto ao Estado, programas de educação e de cultura para os jovens, na faixa etária de quinze a dezessete anos, que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar. **
- 3.5)** Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas. **

- 3.6)** Contribuir para a implementação de políticas de prevenção à evasão no ensino médio motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão. **
- 3.7)** Fomentar a participação dos jovens no ENEM, como critério de acesso à educação superior. */**

META 4 - Educação Especial/Inclusiva

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

ESTRATÉGIAS:

- 4.1)** Promover a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de zero a três anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- 4.2)** Assegurar a manutenção das salas de recurso para o atendimento aos alunos com dificuldades de aprendizagem, oferecendo aulas de contraturno escolar, com a finalidade de garantir equidade nas condições de acesso, permanência e conclusão na idade certa, prevendo para isto, espaço físico e recursos humanos. ***
- 4.3)** Garantir a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação.***
- 4.4)** Aderir aos programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos alunos com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos alunos com altas habilidades ou superdotação. */***

- 4.5)** Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos alunos surdos e com deficiência auditiva de zero a 17 anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos. ***
- 4.6)** Garantir a oferta da educação inclusiva e promover a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado. ***
- 4.7)** Assegurar o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude. */***
- 4.8)** Ampliar, quando necessário, as equipes de profissionais da educação para atender a demanda do processo de escolarização dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, viabilizando conforme a possibilidade, a oferta de professores do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues. ***
- 4.9)** Buscar parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino. ***
- 4.10)** Buscar parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino. ***

- 4.11) Buscar parceria com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo. ***

META 5 – Alfabetização

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

ESTRATÉGIAS:

- 5.1) Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças. ***
- 5.2) Instituir instrumentos de avaliação específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos até o final do terceiro ano do ensino fundamental. ***
- 5.3) Fomentar o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade. ***
- 5.4) Prover e manter atualizados os recursos tecnológicos digitais para assessorar a prática pedagógica. ***
- 5.5) Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, e ações de formação continuada de professores para a alfabetização. ***
- 5.6) Apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal. ***

META 6 - Educação integral

Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.

ESTRATÉGIAS:

- 6.1) Implantar gradativamente, a educação em tempo integral, nos estabelecimentos de ensino da rede municipal, com parceria e financiamento da União e do Estado. */**
- 6.2) Promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos alunos na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a sete horas diárias durante todo o ano letivo. */***
- 6.3) Assegurar que as escolas públicas tenham padrão arquitetônico e mobiliário adequado para atendimento em tempo integral. */***
- 6.4) Buscar a adesão ao programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral. */***
- 6.5) Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museu, horto municipal, horta comunitária, Bosque dos Pioneiros e outros.
- 6.6) Estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de alunos matriculados nas escolas da rede pública de educação básica. ***
- 6.7) Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais. ***

META 7 - IDEB

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias para o IDEB:

Ano	Metas Projetadas			
	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Santa Terezinha de Itaipu	5.8	6.0	6.3	6.5
Anos Finais do Ensino Fundamental – Santa Terezinha de Itaipu	5.0	5.3	5.5	5.8

ESTRATÉGIAS:

- 7.1)** Assegurar que a maioria dos alunos do ensino fundamental alcance nível desejável de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo. **/**
- 7.2)** Implementar processo contínuo de autoavaliação das escolas da rede municipal de ensino, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.
- 7.3)** Executar, em regime de colaboração com a União, o Plano de Ações Articuladas, dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação municipal e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar. *
- 7.4)** Assegurar as políticas públicas de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas do Município com os menores índices, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo as desigualdades gradativamente. */
- 7.5)** Analisar, discutir e divulgar bienalmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do IDEB, relativos às escolas municipais, assegurando o acesso público às informações em sites oficiais do Município. *
- 7.6)** Incentivar a implementação de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem. ***
- 7.7)** Garantir transporte gratuito para todos os estudantes que moram na zona rural na faixa etária da educação escolar obrigatória, de acordo com as especificações do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO). */
- 7.8)** Universalizar, até o quinto ano de vigência deste PME, com a colaboração da União, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação. */
- 7.9)** Apoiar a gestão escolar, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática. ***

- 7.10)** Assegurar aos alunos, em colaboração com a União, programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. */***
- 7.11)** Buscar a adesão ao programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais. */***
- 7.12)** Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet. */***
- 7.13)** Informatizar a gestão das escolas públicas municipais e da Secretaria Municipal de Educação, bem como aderir ao programa nacional de formação inicial e continuada para o pessoal técnico da Secretaria de Educação. *
- 7.14)** Garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade escolar. ***
- 7.15)** Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ***
- 7.16)** Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a História e as Culturas Afro-Brasileira e Indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nºs 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil. ***
- 7.17)** Garantir condições para o debate visando a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação por meio de políticas pedagógicas e de gestão específicas para esse fim. ***
- 7.18)** Mobilizar, através das escolas, as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais. ***

- 7.19)** Promover a articulação dos programas da área da educação, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional. *
- 7.20)** Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.
- 7.21)** Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional. ***
- 7.22)** Aderir ao Sistema Nacional de Avaliação, para fortalecer as políticas públicas e orientar as práticas pedagógicas. */***
- 7.23)** Promover, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem. ***
- 7.24)** Aderir ao Programa Nacional de Formação de Professores e de alunos para promover e consolidar política de preservação da memória nacional. *
- 7.25)** Estabelecer políticas de estímulo que melhorem o desempenho das escolas no IDEB, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar.
- 7.26)** Promover a integração entre instituições escolares e pais, com programas e projetos que envolvem a presença das famílias em atividades que tenham como resultado final a melhoria no rendimento escolar dos filhos. **
- 7.27)** Elevar os índices de qualidade da aprendizagem através de um processo contínuo de formação de professores, consistente e articulado com a proposta pedagógica, com as diretrizes curriculares municipais, estaduais e nacionais.
- 7.28)** Estabelecer parcerias com universidades para implementar, na rede municipal de ensino, projetos de formação de professores e projetos de pesquisa que incidam sobre os pontos de dificuldade da educação.
- 7.29)** Viabilizar, na rede municipal de ensino, inspetores de alunos para as instituições de maior porte.

- 7.30) Implantar, gradativamente, aulas de inglês e música nas escolas municipais, com professores especializados.
- 7.31) Ampliar e reformar as Escolas Municipais Alexandre Zilli Netto, e Cecília Meireles, prevendo brinquedoteca e auditório.
- 7.32) Reformar a Escola Municipal Olímpio Spricigo, com construção de banheiros no segundo piso.
- 7.33) Viabilizar, nas instituições de ensino da rede municipal, palestras que tratem sobre temas como: abusos e violência contra a criança e alternativas na busca de ajuda; educação no trânsito; educação financeira.

META 8 –EJA – Combate à desigualdade

Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados ao IBGE.

ESTRATÉGIAS:

- 8.1) Aderir aos programas e às tecnologias estabelecidas em nível nacional e/ou estadual, para a correção de fluxo, acompanhamento pedagógico individualizado e recuperação e progressão parcial, bem como priorizar os estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados. */**/**
- 8.2) Assegurar a oferta de programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial, sempre que houver demanda. **/**
- 8.3) Incentivar a oferta gratuita de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados.
- 8.4) Promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de absenteísmo e colaborar para a garantia de frequência e apoio à

aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino. **/**

- 8.5) Promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude. ***

META 9 – EJA - Analfabetismo Absoluto

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

ESTRATÉGIAS:

- 9.1) Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria, sempre que houver demanda. */**
- 9.2) Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos. **
- 9.3) Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica. */**
- 9.4) Buscar a adesão ao programa nacional de transferência de renda para jovens e adultos que frequentarem cursos de alfabetização. *
- 9.5) Realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil. **
- 9.6) Realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de quinze anos de idade. **
- 9.7) Fomentar ações de atendimento ao estudante da educação de jovens e adultos, em regime de colaboração, por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde. */**/**
- 9.8) Incentivar a implementação de projetos inovadores na educação de jovens e adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses alunos. ***

- 9.9)** Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos.
- 9.10)** Aderir aos programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os alunos com deficiência, de forma que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população. */**
- 9.11)** Considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas. */**

META 10 - EJA - Analfabetismo funcional

Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

ESTRATÉGIAS:

- 10.1)** Estimular a oferta do programa de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica. */**
- 10.2)** Viabilizar mecanismos de expansão das matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade dos trabalhadores. */**
- 10.3)** Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos, inclusive na modalidade de educação a distância. */**
- 10.4)** Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional. */**
- 10.5)** Buscar a adesão ao programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada

à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência. */**/**

- 10.6) Estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, de forma que haja a articulação da formação básica e a preparação para o mundo do trabalho, estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos. **/**
- 10.7) Fomentar a produção e/ou aquisição de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes da rede pública que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional. **/**
- 10.8) Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade. **
- 10.9) Buscar a adesão ao programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional. */**
- 10.10) Incentivar a implementação de mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio. ***

META 11 – Educação Profissional

Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

ESTRATÉGIAS:

- 11.1) Fomentar, junto ao poder público estadual e federal, a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita.
- 11.2) Estimular a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, visando à formação de

qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude.

- 11.3) Fomentar a oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade.
- 11.4) Fomentar que a oferta de educação profissional no Município esteja articulada aos dados do mercado de trabalho e às consultas promovidas em entidades empresariais e de trabalhadores.

META 12 – Expansão da Educação Superior

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta.

ESTRATÉGIAS:

- 12.1) Estimular a ampliação da oferta de estágio na rede municipal como parte da formação na educação superior.
- 12.3) Mapear a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior, considerando as necessidades locais, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica.
- 12.4) Buscar a adesão ao programa de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência. *
- 12.5) Apoiar as novas instituições de ensino superior que serão implantadas nos municípios da região, prevendo formas de divulgar os seus cursos, incentivando a população a ingressar neste nível de ensino.
- 12.6) Assegurar, aos acadêmicos do Município, oportunidades para o desenvolvimento de estágios supervisionados, para o complemento de sua formação, em espaços públicos municipais.
- 12.7) Apoiar a realização de projetos sociais desenvolvidos por acadêmicos do Município, que visam a integração da educação superior com a comunidade.
- 12.8) Incentivar a formação superior aos profissionais da rede pública municipal.

- 12.9) Fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita para a formação de professores para a educação básica, em parceria com universidades regionais.

META 13 - Qualidade da Educação Superior

Elevar a qualidade da Educação Superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores.

ESTRATÉGIAS: sem estratégias municipais. Meta específica do sistema de educação superior.

META 14 - Pós-graduação

Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.

ESTRATÉGIAS:

- 14.1) Estimular, por meio de dispositivos no Plano de Carreira do Magistério, a participação dos profissionais do magistério em programas de mestrado.
- 14.2) Estimular a participação da população em cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em particular aqueles ligados às áreas de necessidades do Município.

META 15 – Formação de professores

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

ESTRATÉGIAS:

- 15.1) Valorizar as práticas de ensino e os estágios dos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando a articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica. ***
- 15.2) Fomentar a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de

atuação dos profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério.

- 15.3) Implantar política de formação continuada aos profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério. */***

META 16 - Formação continuada e pós-graduação de professores

Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos os(as) profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

ESTRATÉGIAS:

- 16.1) Garantir, em regime de colaboração, que todos os professores da educação básica tenham formação continuada, e fomentar a oferta de pós-graduação por parte das instituições de educação superior existentes na região, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Município. */**/**
- 16.2) Buscar a adesão ao programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação. *
- 16.3) Aderir ao programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público, fortalecendo a formação dos professores das escolas públicas de educação básica, por meio das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura. *

META 17 - Valorização dos profissionais do magistério

Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas da Educação Básica, a fim de equiparar o rendimento médio dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º ano da vigência deste PNE.

ESTRATÉGIA:

- 17.1) Acompanhar a atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação municipal, assegurando esta atualização nas respectivas tabelas salariais do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal. *

META 18 – Plano de Carreira

Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

ESTRATÉGIAS:

- 18.1)** Garantir a reformulação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com a participação de uma comissão composta por representantes dos profissionais do magistério, assegurando itens que privilegiem o mérito, a formação e a avaliação de desempenho, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.
- 18.2)** Assegurar, de acordo com a demanda, a realização de concurso público, conforme necessidade, para o ingresso de profissionais do magistério na rede municipal de ensino, com o objetivo de suprir as áreas defasadas com profissionais habilitados.
- 18.3)** Assegurar somente a admissão de professores na educação infantil e ensino fundamental da rede municipal de ensino, mediante concurso público de provas e títulos e com formação de acordo com a legislação vigente.
- 18.4)** Assegurar que se houver majoração do vencimento inicial da tabela de vencimentos dos profissionais do magistério da rede municipal de ensino, todos os demais valores constantes da tabela também serão atualizados.
- 18.5)** Assegurar, para a rede municipal de ensino, profissionais da educação para atuarem nas funções de suporte pedagógico (supervisão, coordenação, orientação, direção), com formação na área, conforme legislação vigente.
- 18.6)** Assegurar nas instituições educacionais da rede municipal de ensino, a gestão democrática, mediante consulta à comunidade escolar para a designação dos profissionais do magistério para a função de direção, para um período de dois anos, permitida uma recondução consecutiva.
- 18.7)** Assegurar a continuidade das políticas de formação continuada que contemplem as necessidades e expectativas dos educadores e que contribuam na melhoria das ações pedagógicas desenvolvidas na educação infantil e no ensino fundamental da rede municipal.

- 18.8) Viabilizar a participação dos profissionais da educação, em discussões referentes à legislação educacional, com a finalidade de mantê-los informados sobre as leis que regem a educação. ***
- 18.9) Assegurar o cumprimento de 33% da hora atividade aos professores da educação infantil e ensino fundamental da rede municipal de acordo com a legislação vigente.
- 18.10) Implantar e desenvolver, programa de qualidade de vida para o professor da rede municipal de ensino, como forma de prevenção aos problemas de saúde ocasionados pelo trabalho e, quando necessário, apoiar e encaminhar para tratamento de saúde.
- 18.11) Proporcionar, periodicamente, aos profissionais de apoio à educação, formação continuada específica. ***
- 18.12) Buscar, em parceria com as universidades da região, bolsas de estudo para pós-graduação dos professores e demais profissionais da educação do Município.
- 18.13) Estabelecer que o número de profissionais para o exercício de funções de suporte pedagógico, nas instituições de ensino da rede municipal, seja de acordo com o porte da instituição, levando em conta o número de alunos e turnos de funcionamento, através de instrução normativa.

META 19 – Gestão Democrática

Assegurar condições, no prazo de 2 anos, para a efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

ESTRATÉGIAS:

- 19.1) Considerar, para a nomeação dos diretores de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar. ***
- 19.2) Aderir aos programas de apoio e formação de conselheiros dos conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, dos conselhos de alimentação escolar e de outros e aos representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções. */***
- 19.3) Acompanhar através do Conselho Municipal de Educação a execução deste PME.

- 19.4)** Incentivar o fortalecimento dos grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações. ***
- 19.5)** Constituir conselhos escolares na rede municipal de ensino e fortalecer o Conselho Municipal de Educação, visando dinamizar estes colegiados como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando condições de funcionamento autônomo.
- 19.6)** Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares.
- 19.7)** Favorecer processos de autonomia pedagógica e administrativa nos estabelecimentos de ensino. ***
- 19.8)** Assegurar a oferta de cursos de formação para os gestores escolares, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento destas funções. ***

META 20 – Financiamento da Educação

Ampliar o investimento público em Educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.

ESTRATÉGIAS:

- 20.1)** Garantir mecanismos de fiscalização e controle que assegurem o rigoroso cumprimento do art. 212 da Constituição Federal em termos de aplicação dos percentuais mínimos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino da rede pública municipal.
- 20.2)** Garantir mecanismos destinados a assegurar o cumprimento da LDB, que define a aplicação de recursos que podem ser ou não, incluídos como manutenção e desenvolvimento do ensino da rede pública municipal.
- 20.3)** Assegurar a transparência da gestão pública municipal na área da educação, garantindo o funcionamento efetivo, autônomo e articulado dos conselhos fiscais vinculados à educação.
- 20.4)** Garantir, nos próximos planos plurianuais, a previsão do suporte financeiro às metas constantes neste Plano Municipal de Educação.

- 20.5)** Prever o aumento da arrecadação de impostos para o Município, desenvolvendo campanhas de Educação Fiscal como forma de conscientizar a população quanto a importância de solicitar notas fiscais junto ao comércio, bem como o pagamento em dia dos impostos.
- 20.6)** Construir, adequar e reformar as unidades educacionais, conforme necessidades e demandas seguindo as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, principalmente à superação das barreiras arquitetônicas.
- 20.7)** Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.
- 20.8)** Elaborar projeto de reforma das instituições de ensino da rede municipal, promovendo, gradativamente, as adequações e reformas necessárias nos estabelecimentos de ensino para que contemplem os padrões de infraestrutura estabelecidos na legislação em vigor, garantindo o acesso e a permanência de todos os alunos.
- 20.9)** Assegurar a ampliação e atualização do acervo da Biblioteca Pública, bem como a sua manutenção, através da aquisição anual de periódicos e revistas diversas.
- 20.10)** Construir, gradativamente, bibliotecas escolares nos estabelecimentos de ensino da rede municipal que ainda não possuem bibliotecas.
- 20.11)** Assegurar a efetiva participação da comunidade na gestão das instituições de ensino, através das APMFs e órgãos colegiados, com a finalidade de ampliar a democratização do ensino público municipal.
- 20.12)** Promover a participação dos membros da APMFs e dos conselhos escolares da rede municipal de ensino, em cursos de capacitação, seminários e palestras com temas que tratem sobre o papel da comunidade na gestão democrática, cidadania e outros temas de interesse específico dos colegiados.
- 20.13)** Garantir, com a participação da comunidade e do Conselho Municipal de Educação, o acompanhamento e a avaliação das políticas públicas na área da educação, instituindo medidas para dar continuidade às ações efetivas e eficazes já realizadas.
- 20.14)** Viabilizar, a partir do primeiro ano de vigência deste Plano, a integração dos programas da área da educação com as áreas da saúde, esporte, assistência social, cultura, dentre outras, com vistas ao

fortalecimento de programas de orientação e apoio aos professores, alunos e respectivas famílias.

- 20.15)** Acompanhar o Custo Aluno Qualidade (CAQ) como parâmetro para o financiamento da educação de todas as etapas e modalidades da educação básica. *
- 20.16)** Implementar o CAQ nos termos da legislação em vigor. *
- 20.17)** Garantir, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, recursos para implantação do Piso Salarial do Magistério Público Municipal e o aumento da hora atividade para 33% da carga horária.
- 20.18)** Dar cumprimento à Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na educação básica.

(*) O cumprimento desta Estratégia depende da colaboração da União.

(**) O cumprimento desta Estratégia depende da colaboração do Estado.

(***) O cumprimento desta Estratégia, ao que se refere às instituições de ensino que não são da rede municipal, depende dos programas e/ou da iniciativa de cada mantenedora.

V - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO

A implantação com sucesso, do Plano Municipal de Educação – PME, no município de Santa Terezinha de Itaipu, depende, não somente da mobilização e vontade política das forças sociais e institucionais, mas, também, de mecanismos e instrumentos de acompanhamento e avaliação nas diversas ações, a serem desenvolvidas no ensino, durante os dez anos de sua vigência.

O Órgão Municipal de Educação, na figura do Dirigente Municipal de Educação, e o Conselho Municipal de Educação são responsáveis pela coordenação do processo de implantação e consolidação do Plano, formando em conjunto o “Grupo de Avaliação e Acompanhamento do PME”. Desempenhará também um papel essencial nessas funções, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e a Sociedade Civil Organizada. Assim, sob uma ótica ampla e abrangente, o conjunto das instituições envolvidas, sejam elas governamentais ou não, assumirá o compromisso de acompanhar e avaliar as metas e estratégias aqui estabelecidas, sugerindo sempre que necessário, as intervenções para correção ou adaptação no desenvolvimento das metas.

As metas nacionais e estratégias deste Plano, somente poderão ser alcançadas se ele for concebido e acolhido como Plano do Município, mais do que Plano de Governo e, portanto, assumido como um compromisso da sociedade para consigo mesma. Sua aprovação pela Câmara Municipal, o acompanhamento e a avaliação pelas instituições governamentais e pela sociedade civil, são fatores decisivos para que a educação produza a grande mudança no panorama do desenvolvimento educacional, propiciando a inclusão social e a cidadania plena.

É fundamental que a avaliação seja efetivamente realizada, de forma periódica e contínua e que o acompanhamento seja voltado à análise de aspectos qualitativos e quantitativos do desempenho do PME, tendo em vista a melhoria e o desenvolvimento do mesmo.

Para isto, deverão ser instituídos mecanismos de avaliação e acompanhamento, necessários para monitorar continuamente durante os dez anos de vigência, a execução do PME.

A primeira avaliação técnica será realizada no segundo ano após sua implantação, e as posteriores a cada dois anos.

Além da avaliação técnica, realizada periodicamente, poderão ser feitas avaliações contínuas, com a participação das comissões de elaboração do PME, com a sociedade civil organizada, por meio de conferências, audiências, encontros e reuniões, organizadas pelo Grupo de Avaliação e Acompanhamento.

Os instrumentos de avaliação instituídos em nível nacional e estadual são subsídios e informações necessárias ao acompanhamento e à avaliação do PME, os quais devem ser analisados e utilizados como meio de verificar se as prioridades, metas e estratégias propostas no PME estão sendo atingidas, bem como se as mudanças necessárias estão sendo implementadas.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

Constituição Federal de 1988.

Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Lei nº 9.394/96, de 23 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

Lei nº 11.494/07, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.429, de 26 de dezembro de 1996, 9.732, de 11 de dezembro de 1998,

10.684, de 30 de maio de 2003, e da Medida Provisória nº 2.187-13, de 24 de agosto de 2001.

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2015, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE.

Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009, que institui Diretrizes Operacionais para o atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

SITES CONSULTADOS

<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking>

www.inep.gov.br